

Quem disse ?

«Apesar da restauração capitalista, das tentativas de branqueamento de Salazar e das várias distorções ao próprio funcionamento da democracia (...), é o 25 de Abril que continua a ganhar.»

Manuel Alegre
Expresso, 13 de Março

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1011 18 MARÇO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Porto, sede da Federação
15 a 28 Março

PS denuncia estratégia da oposição

Demagogia com o preço da gasolina

O porta-voz do PS, António Vitorino, acusou os partidos da oposição de estarem a fazer «crítica fácil, demagogia e puro e simples populismo» ao reclamarem a descida do preço dos combustíveis líquidos. No final da reunião do Secretariado Nacional do PS, na terça-feira, António Vitorino leu uma declaração política, na qual se alerta os portugueses para a «impossibilidade de diminuir a receita fiscal do Estado e aumentar as despesas ao sabor das conveniências eleitorais dos partidos da oposição».

Designadamente, as críticas feitas por Paulo Portas revelam uma de duas coisas: «Ou não tem qualquer aspiração de chegar ao poder depois das próximas eleições legislativas; ou não está verdadeiramente convicto quando preconiza de forma tão descabelada o aumento da despesa pública, para além de todos os limites possíveis», denunciou o dirigente socialista.

De acordo com o porta-voz do PS, os ministérios da Economia e das Finanças estão a promover a revisão da fórmula de cálculo do preço da gasolina e a alteração do regime de imposto sobre produtos petrolíferos. No final da presente legislatura, segundo os dados disponíveis, «o valor da factura energética global terá um resultado positivo para os consumidores portugueses. O preço da energia eléctrica diminuiu 20 por cento para os consumidores industriais e 10 por cento para os consumidores domésticos», salientou ainda António Vitorino.

«É evidente que a descida do preço da gasolina permitirá ao Governo fazer eleitoralismo fácil. Mas não recorreremos a esse facilitismo, apesar de outros, no passado, o terem feito», reafirmou o porta-voz do PS.

O camarada António Vitorino advertiu, ainda, para a tendência para o aumento do preço do crude, depois de os principais países exportadores de petróleo terem decidido diminuir as suas produções.

FIM DO AUTORITARISMO COMBATE À POBREZA PRIORIDADE À EDUCAÇÃO

TRÊS MARCAS IRREVERSÍVEIS DO GOVERNO PS

Perante um auditório da Feira Internacional de Lisboa completamente cheio, o camarada António Guterres convocou os militantes e os simpatizantes do projecto dos «Estados Gerais - Por uma Nova Maioria» para um amplo debate, tendo em vista os próximos quatro anos de Governo. Na legislatura que agora termina, o primeiro-ministro considerou que o seu Executivo deixou três marcas que serão irreversíveis no País: a prioridade à Educação, o combate à pobreza e o fim do estilo autoritário de Governo.



União Europeia

Reforma da PAC Capoulas Santos consegue acordos sectoriais globalmente positivos para Portugal



Capoulas Santos continua a defender intransigentemente os interesses da nossa agricultura. Neste contexto, Portugal votou contra o acordo de princípio alcançado no dia 11 de madrugada pelos ministros da Agricultura da União Europeia sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) por considerar não poder dar o seu aval ao compromisso na medida em que «não foram assegurados os mecanismos que permitissem o necessário reequilíbrio dos apoios da PAC, de acordo com as orientações da cimeira de chefes de Estado do Luxemburgo».

União Europeia

Demissão da Comissão Europeia Guterres promete duro combate aos egoísmos nacionais na Europa



António Guterres considera que os egoísmos nacionais voltaram a ter expressão nos acontecimentos que motivaram a demissão da Comissão Europeia, na segunda-feira passada. Pela parte de Portugal, o primeiro-ministro reiterou a confiança em João de Deus Pinheiro, caso se opte por uma solução transitória de gestão, até ao final do corrente ano. O chefe do Governo prometeu também colaboração total com a presidência alemã e manifestou a sua confiança de que os principais dirigentes políticos dos países da União Europeia saibam ter um agudo sentido de Estado para revitalizar o projecto europeu.



Vencer o atraso científico

Mariano Gago defendeu esta semana, em Coimbra, o aumento para o dobro do ritmo de crescimento científico, por forma a que Portugal atinja a média europeia na próxima década.

A superação do atraso científico do nosso país constitui um «tremendo desafio» e «obriga a uma mudança de escala» e de atitude perante os desafios da Comunidade em que nos inserimos. Uma recuperação que é perfeitamente possível de concretizar. Para o ministro da Ciência e Tecnologia, «é possível atingir, entre sete a dez anos, os níveis médios europeus, desde que o problema da integração da ciência e tecnologia na vida social e económica do País se vá resolvendo».

Mas, para isso, é preciso «mudar de escala em matéria de recursos humanos, financeiros e institucionais» e este «é o principal desafio para os próximos dez anos». Um desafio já assumido pelo Partido Socialista no seu último Congresso e que constituirá a base de actuação do próximo Governo socialista.

Na própria moção subscrita por António Guterres é defendida a promoção do emprego como objectivo permanente e a formação profissional como caminho para a promoção da melhoria das qualificações dos portugueses e do desenvolvimento do País.

Muito deste desenvolvimento passará, à beira do século XXI, pelo reforço das políticas de emprego e de educação. O século XXI exige, por isso, uma política que dê prioridade absoluta à qualificação científica e tecnológica da população, à difusão e assimilação das novas tecnologias de informação, à expansão e reforço da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico.

Um conjunto de políticas estruturantes, aplicadas com visão de futuro e desenvolvimento, serão capazes de levar os portugueses a enfrentar com optimismo os desafios do próximo milénio. Só um País preparado para os desafios do século XXI é um País que tem orgulho na sua cultura e nas raízes históricas.



IV CONGRESSO NACIONAL DO PS

Um suplemento destacável de dezenas de páginas com as moções e propostas ao IV Congresso Nacional do PS ocupava grande parte desta edição do «Acção Socialista».

O órgão oficial do PS dava ainda grande destaque a um manifesto das Mulheres Socialistas, intitulado «Impedir que murchem os cravos de Abril», no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

«Nós, Mulheres Socialistas, neste dia 8 de Março de 1981, exortamos todas a solidarizar, dentro de nós mesmas, as forças que nos trouxeram até aqui: pela Democracia, pela Liberdade, porque sem elas não pode haver Socialismo autêntico», liasse no manifesto.

No documento, as Mulheres Socialistas referiam ainda que «em cada hora de luta pelos nossos ideais, é preciso sentir que outras mulheres nos têm acompanhado e acompanham, mesmo que não lhes reconhecamos o rosto».

J. C. C. B.

13 de Março

Quem disse?

«Quer queiramos quer não, as massas identificam-se mais com chefes carismáticos do que com projectos políticos, ou melhor, cada projecto político personaliza-se num indivíduo cujo carisma é reconhecido pelas massas.»

Armando Martins Tavares



Timor-Leste Portugal e Indonésia acordam referendo

Portugal e Indonésia chegaram, no passado dia 11, a um acordo, em Nova Iorque, quanto à realização de uma consulta directa ao povo de Timor-Leste sobre o futuro do território.

O acordo foi revelado em conferência de imprensa pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, adiantando, no entanto, que não foram definidos nem a modalidade nem a altura em que se realizará essa consulta.

Kofi Annan, ladeado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, Jaime Gama e Ali Alatas, respondendo aos jornalistas, disse que a questão da autonomia para Timor-Leste ficará resolvida até finais de Abril.

Realizar-se-á uma reunião de altos funcionários da diplomacia dos dois países a 13 e 14 de Abril, seguindo-se no dia 22 do mesmo mês um novo encontro entre Gama e Alatas.



Seixas da Costa na Roménia Agenda 2000 é importante para alargamento sustentado

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus defendeu, recentemente, na Roménia, que o alargamento sustentado da União Europeia (UE) dependerá da consagração, na Agenda 2000, de «um corpo sólido de políticas financeiras que não frustre as expectativas dos países candidatos».

Seixas da Costa regressou, no dia 12, de uma visita de três dias à Roménia, onde teve encontros com autoridades romenas e reafirmou o apoio de Portugal à adesão do país à UE.

Durante uma conferência que proferiu no Parlamento romeno, Seixas da Costa sublinhou a importância de não se criar uma situação que possa conduzir a um suc-

sivo adiamento do início do seu processo negociado de alguns países candidatos, refere o comunicado do seu Gabinete.

Durante a visita, o responsável governamental foi recebido pelo primeiro-ministro romeno, Radu Vasile, com quem discutiu, nomeadamente, a presença portuguesa no processo de privatizações em curso na Roménia e a hipótese de aquisição de um banco e de uma fábrica de produtos farmacêuticos por capitais portugueses.

Na sequência desta deslocação virá brevemente a Lisboa uma missão técnica para aprofundar contactos, nomeadamente no domínio da Justiça e dos Assuntos Inter-

Moçambique Eleições agendadas para Outubro

As eleições legislativas e presidenciais em Moçambique poderão realizar-se nos dias 27 e 28 de Outubro deste ano, precisamente as mesmas datas em que ocorreram as primeiras multipartidárias no país em 1994. As despesas para estas eleições, calculadas em 40,8 milhões de dólares, serão maioritariamente financiadas pela União Europeia (cerca de 23 milhões de dólares) e por países nórdicos através de um «trust fund».

O Estado moçambicano participa com cerca de nove milhões de dólares (20,8 por



cento do total).

Recorde-se que o escrutínio de 1994 custou aproximadamente 80 milhões de dólares.

COMBATE À POBREZA E AO AUTORITARISMO E PRIORIDADE ABSOLUTA À EDUCAÇÃO

Perante um auditório da Feira Internacional de Lisboa completamente cheio, o camarada António Guterres convocou os militantes e os simpatizantes do projecto dos «Estados Gerais - Por uma Nova Maioria» para um amplo debate, tendo em vista os próximos quatro anos de Governo. Na legislatura que agora termina, o primeiro-ministro considerou que o seu Executivo deixou três marcas que serão irreversíveis no País: a prioridade à Educação, o combate à pobreza e o fim do estilo autoritário de Governo. O ex-reitor da Universidade de Coimbra, Rui Alarcão, e o ex-secretário-geral do PS, Victor Constâncio, defenderam a necessidade de os socialistas alcançarem uma maioria mais ampla nas próximas eleições. Por seu turno, Vasco Vieira de Almeida defendeu a necessidade de mais reformas, enquanto o presidente da Câmara de Cascais, José Luís Judas, salientou o facto de o desemprego descer há 26 meses consecutivos em Portugal.

Na sessão de relançamento dos Estados Gerais - Por uma Nova Maioria», quinta-feira passada, na Feira Internacional de Lisboa (FIL), o primeiro-ministro identificou as três marcas irreversíveis do Governo socialista eleito em Outubro de 1995. A primeira dessas marcas, segundo António Guterres, passou pela dessacralização do poder e pelo combate ao autoritarismo e abuso do poder. A partir da chegada do PS ao Governo, ainda de acordo com esta mesma concepção, «será impossível a algum partido da oposição conquistar votos, recorrendo ao estilo de discurso salazarento. Hoje, pelo contrário, até nos acusam de excesso de diálogo», frisou o secretário-geral socialista.

Perante uma sala de conferência totalmente cheia e numa sessão que se destinou a comemorar o quarto aniversário do contrato de legislatura, o primeiro-ministro identificou como segunda grande marca a prioridade concedida à Educação. «A nossa convicção foi sempre de que a Educação seria a condição-chave de desenvolvimento. Independentemente dos resultados das próximas eleições legislativas, há hoje a convicção generalizada de que uma sociedade moderna só se desenvolve em ligação entre a Educação, a Ciência e o Emprego», afirmou o líder do PS.

Finalmente, de acordo com o chefe do Governo, a terceira marca deste Executivo foi o combate à pobreza, bem patente na aplicação e generalização do rendimento mínimo garantido às famílias mais carenciadas. No passado, no entanto,



António Guterres recordou que «o fenómeno da pobreza era permanentemente negado e escondido de muitos portugueses. Sabia que teríamos de evidenciar a pobreza para melhor a podermos combater. Actualmente, a oposição até revela excesso de zelo em torno desta questão», disse, num comentário indirecto a algumas propostas demagógicas que têm sido apresentadas pelos partidos da Alternativa Democrática.

Novo desígnio nacional

Como modelo de desenvolvimento para o País, nos próximos anos, António Guterres defendeu a aposta na inovação, na sociedade de informação e num programa político que combine uma economia de mercado e uma sociedade solidária. «Temos de ter como desígnio nacional vencer no espaço de uma geração o atraso estrutural que ainda nos separa da média dos países da União Europeia», afirmou o secretário-geral do PS, antes de lembrar estarem os socialistas perante um bom momento para se iniciar «uma reflexão sobre o futuro».

Nos próximos anos, defendeu como prioridade a formação e a valorização das pessoas. «Não podemos perder o comboio da revolução da sociedade de informação». Depois, tendo em vista a Convenção da Nova Maioria, a 26 de Junho, António Guterres convocou os militantes e os independentes próximos dos socialistas para que realizem um «grande debate, com uma nova ambição, mas com os mesmos valores que presidiram à assinatura do contrato de legislatura há quatro anos atrás».

A partir dos Estados Gerais - Por uma Nova Maioria, segundo António Guterres, criou-se «o método e o estilo que todos desejamos na vida política portuguesa. Agradeço ao povo português, que tem sabido empenhar-se num projecto de mudança», referiu o primeiro-ministro.

A sessão de relançamento dos Estados Gerais voltou a ser presidida pelo ex-reitor da Universidade de Coimbra, Rui Alarcão, que não hesitou em considerar que houve consonância entre o conteúdo do contrato de legislatura e aquilo que foi feito no país nos últimos quatro anos. «Perante os méritos, os méritos são incomensuravelmente superiores», afirmou o docente universitário, para quem o país «pode confiar seguramente no PS, porque tem um homem que transmite uma forte e indesmentível confiança: António Guterres», acrescentou.

Ainda segundo Rui Alarcão, tendo em vista o próximo acto eleitoral, é «desejável que o PS amplie a vitória de há quatro anos», até porque é fundamental para o aprofundamento da democracia portuguesa.

Defesa do primado da política

Na intervenção seguinte, Vasco Vieira de Almeida, outro dos principais protagonistas dos «Estados Gerais - Por uma Nova Maioria», considerou que é hoje possível à esquerda «superar o dilema entre a liberdade e a igualdade». No entanto, advertiu: «Não há reforma possível por via legislativa, sem uma mudança de mentalidades», onde deve existir o «primado da política face ao económico e financeiro. «O políti-

co vem antes do económico, que, só por si, nunca consegue resolver os problemas das sociedades complexas. E é porque tem sido possível conservar os valores do socialismo democrático que o centro político tem aderido aos programas da esquerda», declarou ainda Vasco Vieira de Almeida.

O balanço do que foi realizado nos últimos quatro anos pertenceu presidente da Câmara de Cascais, José Luís Judas. «Digam o que disserem as oposições, mediatizem-se mais ou menos, a verdade é que, em matéria de Educação, fez-se muito em pouco tempo», afirmou o autarca, para quem, no domínio do Emprego, «os resultados superaram as melhores expectativas. Ao fim de 26 meses consecutivos, a taxa de desemprego continua a descer em Portugal», observou o presidente da Câmara de Cascais.

Evidenciou ainda como aspectos positivos a redução do horário semanal de trabalho para 40 horas e a existência de um acordo de concertação estratégica.

Antes de António Guterres começar o seu discurso, usou da palavra o ex-secretário-geral do PS, Victor Constâncio, que elogiou a «valorização das pessoas» promovida pelo actual Governo, alegando que «os capitais humano e social são factores essenciais de competitividade».

Na próxima legislatura, no entanto, Victor Constâncio alertou para a importância de o PS «obter uma maioria real para governar», já que existirão «dificuldades acrescidas provocadas pelos partidos da oposição» e que poderão tornar complicada a tarefa de respeitar as obrigações decorrentes do Pacto de Estabilidade.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO - O ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, afirmou, no dia 12, em Lisboa, pretender para Portugal uma política da droga e da toxicod dependência «assente naquilo que a humanidade tem de melhor - o saber, o conhecimento e a inteligência».



Na altura, o governante empossava o presidente e o vice-presidente do Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência (IPDT), respectivamente, Joaquim Rodrigues e Tavares de Castro.

O novo instituto representa, segundo Sócrates, «uma alteração significativa na política da droga», uma vez que deverá dar «um novo fôlego» à recolha de informação, ao seu tratamento e divulgação, «para podermos saber mais», uma vez que, neste domínio, «Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer».

Referindo-se à necessidade de investigação neste domínio, o ministro afirmou que um dos estudos «que há muito faz falta» refere-se à incidência do consumo da droga na população portuguesa, pois nem sequer se sabe quantos toxicod dependentes existem no País.

Sem esses dados, disse José Sócrates, é difícil delinear medidas idóneas, pois «não há política hoje que possa basear-se em impressões e muito menos em dogmas». José Sócrates apontou a necessidade de dar uma maior formação aos profissionais que acompanham o fenómeno e o facto de a prevenção precisar de mais estabilidade e mais eficácia.

Ao Projecto Vida caberá, entretanto, a coordenação e cooperação entre as diversas instituições que devem estar envolvidas na luta contra a droga, nomeadamente as instituições de saúde e as organizações de jovens.

AGRICULTURA - O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, admitiu, no dia 11, que 70 por cento dos pequenos agricultores vão continuar fora das ajudas europeias até 2007, enquanto se mantiver a lógica da Política Agrícola Comum (PAC) de apenas premiar as explorações mais produtivas.

Capoulas Santos falava em Lisboa no decorrer de uma sessão onde foram homologados os contratos que prevêem a atribuição de 1,8 milhões de contos a 90 organizações de agricultores para «o reforço da sua capacidade técnica e de gestão».

O ministro da Agricultura, que regressara no dia 10 de Bruxelas, referiu que votou contra

o compromisso político da PAC, porque, «apesar de ser globalmente positivo para Portugal», continua a prever a desigualdade na repartição das ajudas a atribuir entre os grandes e os pequenos agricultores.



CIÊNCIA - O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, apontou, no dia 12, a resistência à experimentação e à avaliação na sociedade portuguesa como um entrave à modernização.

Mariano Gago congratulou-se por entre a comunidade científica já estar enraizada a importância do conceito, mas notou que isto não acontece no geral da sociedade portuguesa.



O governante, que falava na sessão de encerramento da jornada de apresentação do Perfil da Investigação Científica das Ciências da Educação em Portugal, realizada em Lisboa, notou que a avaliação permite à comunidade científica analisar-se, dizer o que quer fazer e obter financiamentos para os seus projectos e objectivos.

Lamentou serem baixíssimos os índices de formação na sociedade portuguesa, indicando que nos próximos anos é preciso tomar decisões sobre esta matéria, nem boas nem más mas assentes na avaliação do problema.

Sobre as Ciências da Educação, considerou essencial que nos próximos anos contribuam para apoiar as decisões que urgem para a sociedade portuguesa.

As Ciências da Educação são tratadas em Portugal por 38 unidades de Investigação, 33 das quais afirmam aplicar menos de 75 por cento da sua despesa nesta área, revela o Perfil apresentado, na passada sexta-feira, em sessão pública no Conselho Nacional de Educação.

O documento refere que, por regiões, é em Lisboa e Vale do Tejo que se concentra a maior parte das unidades com actividade em Ciências da Educação (17), seguindo-se-lhes a região Centro (11), região Norte (8), Alentejo e Madeira (ambas com uma).

DESPORTO - O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, visitou, no dia 11, em Lisboa, o Complexo Desportivo do Jamor, onde se inteirou da evolução das obras, cuja conclusão da maior parte das infra-estruturas está prevista para meados deste ano.



«Pensamos que a maior parte das obras estarão concluídas em meados deste ano, ficando apenas por concluir algumas infra-estruturas de apoio», referiu Miranda Calha, realçando ainda as transformações que o complexo está a sofrer nos últimos três anos e a rapidez com que se estão a processar. «Além das obras actualmente a decorrer, ficou já concluída a Piscina Olímpica, num investimento que vai permitir acolher provas europeias e mundiais», acrescentou, revelando que no seu total, piscina incluída, as obras terão um custo acima dos cinco milhões de contos, justificados pela necessidade de Portugal ficar dotado de «um bom parque desportivo».

O secretário de Estado destacou também o conjunto de obras a decorrer no Estádio de Honra e que têm a ver com a sua modernização, com a instalação de cadeiras - o Estádio ficará dotado de 37 800 lugares -, do sistema de iluminação, de parques de estacionamento e da instalação sonora.

EDUCAÇÃO - O ministro da Educação, Marçal Grilo, considerou, no dia 11, «manifestamente excessivo» que se diga que há um «clima de suspeição» à volta do ensino superior privado e cooperativo, dizendo ser necessário desdramatizar certas matérias. Marçal Grilo, que falava em Lisboa, numa conferência de Imprensa após a tomada de posse de Adriano Moreira como presidente do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, achou também exagerado que um jornal diário tenha, por exemplo, utilizado a expressão «caos» ou «estado caótico» para sintetizar aquilo que o jornalista apresenta no seu artigo.

«Há matérias que pela sua dificuldade e consequências negativas devem ser dramatizadas. Há outras que, do meu ponto de vista, devem ser desdramatizadas», disse, mais à frente, Marçal Grilo, numa tentativa

de evitar alarmismos.

Com isto, o ministro da Educação sublinhou que não está a dizer que não há problemas no ensino particular e cooperativo.



«Há questões que merecem da nossa parte uma grande preocupação, que nós temos identificadas, mas nenhuma questão coloca em risco o funcionamento de uma instituição (de ensino)», frisou.

Marçal Grilo admitiu que «há problemas sérios», mas que o Ministério da Educação existe precisamente para os resolver com as instituições.

EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO - A secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente, garantiu, no dia 11, em Matosinhos, que o processo de autonomia da gestão curricular nas escolas do ensino básico é irreversível, sublinhando que a sua evolução será gradual.

«Têm que ser as próprias escolas a construir os seus projectos educativos», disse Ana Benavente, sublinhando que o Governo «está actualmente a estudar» as formas como poderá apoiar o desenvolvimento desse projecto, actualmente à experiência em 35 estabelecimentos de ensino de todo o País.

A governante falava após uma reunião com professores da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de São Mamede de Infesta, em Matosinhos, cuja experiência numa nova organização dos tempos lectivos classificou de «verdadeiramente espectacular». Aquela escola alterou, este ano, o modelo tradicional das aulas de 50 minutos, alargando esse período para hora e meia, tendo em vista possibilitar aos professores o desenvolvimento de «estratégias mais práticas», que, na opinião de Ana Benavente, representam uma «evolução qualitativa».

EMPREGO - O Governo lançará em Abril um plano regional de emprego para a Área Metropolitana do Porto, com o objectivo de colocar as suas taxas de desemprego, mais altas do que a média nacional, ao nível das do resto do País.

O plano foi o tema de uma reunião efectuada no dia 12, na Câmara do Porto, entre Fernando Gomes e o secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso.

Na reunião - realizada no âmbito de uma ronda de encontros que o membro do Governo está a realizar com entidades da AMP - foi debatida a importância da Capital Europeia da Cultura, em 2001, como «ala-

PELO PAÍS

Governança Aberta

vanca» do plano no que toca à criação de novos tipos de emprego.

«Para a afirmação da AMP, é importante aproveitar as grandes potencialidades que se levantam, como a Capital Europeia da Cultura, para a promoção do emprego e dinamização empresarial», salientou o secretário de Estado.



Segundo Paulo Pedroso, o plano, a desenvolver até 2003, terá, além da vertente de afirmação da AMP no contexto nacional, um outro de coesão social, particularmente de combate à pobreza e à exclusão.

No encontro com Fernando Gomes foram debatidos alguns números que o autarca classificou de «preocupantes», como o facto da AMP ter quatro mil dos 18 mil recém-licenciados inscritos em Portugal nos centros de emprego.

PCM/ENERGIA - O Governo justificou, no dia 11, a criação de uma sociedade comercial de capitais públicos na área da energia, com a necessidade de maior ligação entre o gás, o petróleo e electricidade para tornar o sector mais competitivo.

«Pretende-se que o sector energético português seja internacionalmente competitivo, o que implica a articulação do desenvolvimento dos vários subsectores, através da criação de um modelo organizativo comum», disse o porta-voz do Conselho de Ministros, Vitalino Canas.

O responsável falava na apresentação das decisões do Conselho de Ministros da passada quinta-feira, na qual foi anunciada a aprovação dos estatutos da *holding* de energia, agrupando as participações estatais na Petrogal, Gás de Portugal e Transgás.

Para Vitalino Canas, a melhor articulação operacional entre o petróleo e o gás natural - actualmente repartidas pelos dois grupos empresariais dominados pelo Estado - permitirá eliminar as sobreposições existentes e a promoção de uma mais eficaz afectação dos recursos existentes.

«As melhorias de eficiência produtiva, resultantes da gestão integrada, gerarão de forma quase imediata benefícios para os consumidores, tanto empresariais como residenciais», explicou.

«A ocorrência de ganhos para consumidores tenderá a assumir um carácter permanente, uma vez que a nova operação integrada terá centro de decisão em Portugal», observou ainda.

SAÚDE - A ministra da Saúde, Maria de

Belém, reafirmou, no dia 12, em Valongo, a sua confiança no presidente da Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, Pinho da Silva.



Na opinião da ministra, que falava à margem de uma visita ao Centro de Saúde de Valongo, Pinho da Silva «tem desenvolvido um trabalho extraordinário», pelo que só compreende as críticas feitas pelo presidente da Junta Metropolitana do Porto (JMP), Vieira de Carvalho, porque sabe que o autarca da Maia «gostaria de ter um hospital» no seu concelho.

Maria de Belém disse que o seu ministério e o presidente da Santa Casa da Misericórdia da Maia, Albino Aroso, estão a desenvolver um estudo sobre o tipo de instituição hospitalar a criar no concelho, que, no entanto, não será «um grande hospital».

TRABALHO - O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, disse, no dia 12, em Faro, que o combate ao desemprego em Portugal só faz sentido com uma formação profissional e sociocultural qualificada.



Ferro Rodrigues, que falava na sessão de encerramento do Concurso Nacional de Formação Profissional, convidou os empresários portugueses a apostar cada vez mais na mão-de-obra qualificada gerada pela escola do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

«Sem uma aposta forte numa formação profissional qualificada não se pode gerar emprego», disse o governante ao considerar que o sector em Portugal «está no bom caminho».

E isto porque, segundo revelou, em 1998 «todas as metas no que toca à formação profissional foram superadas», com desta-

que para os aumentos registados na formação de jovens (mais 10 por cento), dos desempregados (mais 20 por cento) e do sistema de aprendizagem (também mais 20 por cento).

Nesse contexto, apelou ao mundo empresarial português para que, numa interacção com o Governo, «saiba aproveitar a mão-de-obra qualificada e disponível saída do sistema de formação profissional do IEFP».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 11 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que aprova o Regime Jurídico do Referendo Local;
- Uma proposta de lei que altera o decreto-lei que aprovou o regime jurídico de protecção às vítimas de crimes violentos;
- Uma proposta de lei que aprova o regime aplicável ao adiantamento pelo Estado das indemnizações devidas às vítimas de violência conjugal;
- Uma proposta de lei que regula o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação colectiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública (PSP);
- Um decreto-lei que regulamenta e desenvolve o regime jurídico da reparação dos danos emergentes dos acidentes de trabalho;
- Um decreto-lei que regulamenta o seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes;
- Um decreto-lei que cria o Fundo de Acidentes de Trabalho;
- Uma proposta de lei que aprova a Lei Tutelar Educativa;
- Um projecto de proposta de lei que aprova a lei de protecção das crianças e jovens em perigo;
- Uma proposta de lei que estabelece os princípios e regras a que deve obedecer a criação e o funcionamento de entidades privadas de resolução extrajudicial de conflitos de consumo;
- Um decreto-lei que altera o diploma que regula a indicação dos preços de venda a retalho de géneros alimentares e não alimentares e de serviços e transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa à defesa dos consumidores nesta matéria;
- Um decreto-lei que estabelece o regime aplicável às cauções nos contratos de fornecimento aos consumidores dos serviços públicos essenciais previstos na lei;
- Um decreto-lei que estabelece os princípios a que deve obedecer a comercialização dos géneros alimentícios quando se encontram misturados, directa ou indirectamente, brêndes;
- Um decreto-lei que estabelece o enquadramento jurídico dos poderes conferidos ao Instituto do Consumidor pelas alíneas a) e d) do n.º 2 do artigo 21.º, da Lei n.º 24/96, de 31 de Junho;
- Um decreto-lei que cria e aprova os estatutos de uma sociedade comercial de capitais públicos, que agrupará as participações estatais directas na Petrogal, GDP e Transgás;
- Um decreto-lei que aprova a quarta fase do processo de privatização do capital social da Portugal Telecom, SA;
- Uma resolução que cria a estrutura de projecto para as questões da Presidência Portuguesa da União Europeia e da UEO;
- Uma proposta de lei que regula a constituição, organização, funcionamento e atribuições das entidades de gestão colectiva do direito de autor e dos direitos conexos;
- Uma proposta de lei que concede ao Governo autorização legislativa para aprovar o regime especial de ilícitos de mera ordenação social em matéria de poluição do meio marinho sob jurisdição marítima nacional, incluindo os espaços da zona económica exclusiva e os factos praticados, em áreas de alto mar abrangidas pela jurisdição de qualquer Estado, por agentes poluidores que arvoem bandeira nacional;
- Uma proposta de lei que desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação de regimes especiais dos contratos de trabalho e contratos equiparados;
- Um decreto-lei que altera o artigo 6.º do decreto-lei n.º 321/97, de 26 de Novembro, por forma a possibilitar a clarificação do estatuto remuneratório dos membros do Secretariado Permanente da Unidade de Coordenação da Luta Contra a Fraude e Evasão Fiscal e Aduaneira - Uclefa;
- Um decreto-lei que ressalva a participação emolumentar e os emolumentos pessoais das isenções e reduções emolumentares dos actos notariais e de registo;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico das carreiras de especialista superior de medicina legal e de técnico ajudante de medicina legal;
- Uma resolução que aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Burgau - Vilamoura;
- Uma resolução que aprova o POOC de Caminha - Espinho;
- Um decreto-lei que cria a carreira de administração prisional;
- Uma resolução que reconduz os administradores do ICEP;
- Uma resolução que prorroga o mandato da Equipa de Missão para a Sociedade da Informação e do respectivo presidente;
- Uma resolução que exonera Henrique Machado Jorge do cargo de gestor da Intervenção Operacional da Ciência e Tecnologia Praxis XXI e nomeia, em sua substituição, Luís Magalhães.

DESTAQUE – CM

Regime de protecção à vítima

VIOLENCIA DOMÉSTICA É CRIME SEMIPÚBLICO

O Executivo socialista declarou guerra à criminalidade violenta e fixou um quadro legal, visando proteger as vítimas desses mesmos crimes.

A decisão foi tomada na última reunião de Conselho de Ministros, realizada no passado dia 11, em Lisboa.

Recorde-se que o decreto-lei n.º 423/91, de 30 de Outubro, que aprovou o regime jurídico de protecção às vítimas de crimes violentos, dispõe, no seu artigo 3º, n.º 2, que a indemnização por parte do Estado às vítimas destes crimes não será concedida quando a vítima for um membro do agregado familiar do autor do crime ou pessoa que com este coabite em condições análogas, salvo circunstâncias excepcionais.

Este regime não se coaduna com a protecção especial que, nos termos da lei n.º 61/91, de 13 de Agosto, se concede às mulheres vítimas de violência, particularmente nos casos de violência doméstica, que são as situações mais frequentes.

Assim, o diploma aprovado pelo Governo vem proceder à revogação do precei-

to constante do n.º 2 do art. 3º do referido decreto-lei.

Ainda no âmbito de uma política de protecção às vítimas de crimes violentos, o Conselho de Ministros estabeleceu um regime aplicável ao adiantamento pelo Estado das indemnizações devidas às vítimas de violência conjugal.

Este diploma procede à regulamentação do artigo 14º da lei n.º 61/91, garantindo às mulheres vítimas de violência doméstica o adiantamento por parte do Estado da indemnização devida pelo agressor. Optou-se ainda por um alargamento deste regime a todas as vítimas de violência conjugal, por referência ao crime previsto e punido pelo artigo 152º, n.º 2, do Código Penal, uma vez que se entendeu não haver motivos para restringir esse direito aos cidadãos do sexo feminino, ainda que sejam estes quem mais frequentemente são vítimas de maus tratos e de violência doméstica.

Importa salientar que no diploma é feita a previsão de que o Estado antecipe o pagamento devido à vítima logo a partir da instauração do processo criminal e in-

dependentemente de ter sido deduzido pedido de indemnização civil.

Esta antecipação revela-se de primordial importância na medida em que visa conceder à vítima, que, na maioria dos casos é a mulher, um apoio económico que contribua para que esta possa sair da situação de dependência relativamente ao agressor.

Determina-se, igualmente, que a indemnização se traduza em prestações mensais de montante igual ao salário mínimo nacional, podendo o seu adiantamento ser requerido pelo interessado, pelas associações de apoio à vítima em representação desta e pelo Ministério Público; Na proposta de lei aprovada pelo Governo socialista estabelecem-se ainda regras de acompanhamento e reavaliação da situação, com vista à revisão da decisão, estipulando-se um dever de informação que recai sobre o beneficiário;

A obtenção da indemnização por parte do Estado, com base em informações que se apurem serem falsas ou inexatas, constitui um crime punível com pena de prisão até três anos ou multa, sem

prejuízo da obrigação de restituir as importâncias recebidas e os respectivos juros de mora.

Por outro lado, a circunstância de ser pressuposto da concessão da indemnização a instauração de um processo criminal constitui um incentivo para que as situações de violência conjugal sejam efectivamente denunciadas, o que, infelizmente, não acontece na maior parte dos casos, devido à particular relação existente entre a vítima e o agressor.

Contudo, e prevendo exactamente este problema, a proposta articula-se com a recente alteração do artigo. 152º, n.º 2 do Código Penal, introduzida pela Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro, no sentido de tornar o crime de maus tratos um crime semipúblico, permitindo ao Ministério Público instaurar o respectivo procedimento criminal, desde que não haja oposição do ofendido.

Os encargos resultantes da execução do regime consagrado na proposta recentemente apresentada à Assembleia da República são suportados pelo Ministério da Justiça.

DESTAQUE – CM

Liberdade sindical

POLÍCIA TEM DIREITO À GREVE

A proposta de lei que regula o exercício da liberdade sindical e os direitos de negociação colectiva e de participação do pessoal da Polícia de Segurança Pública (PSP) foi aprovada, no dia 11, em reunião de Conselho de Ministros, realizada em Lisboa.

O ordenamento jurídico reconhece aos agentes da PSP, nos termos da lei que vigora desde 1990, o direito de constituição de associações profissionais de âmbito nacional para a promoção dos seus interesses.

Contudo, nesse mesmo diploma impossibilita-se a estes trabalhadores o exercício da liberdade sindical e o direito de constituição de associações sindicais.

O Executivo socialista entendeu, no cumprimento do objectivo de aperfeiçoamento do quadro de representação socioprofissional da PSP inscrito no seu programa de governo, que a nova vertente civilista da Polícia de Segurança Pública deverá repercutir-se no reconhecimento jurídico da liberdade sindical e dos direitos de negociação colectiva e de participação a esta força de segurança.

Atendendo às especificidades de organização estrutural e às missões atribuídas à PSP é necessário criar um regime próprio de direitos e deveres que se afigure ade-

quado à compatibilização entre estes direitos, agora reconhecidos, e a eficácia e operacionalidade que é própria das atribuições da polícia.

O diploma, que reconhece a Liberdade Sindical e os Direitos de Negociação Colectiva e de Participação ao pessoal da PSP com funções policiais, não abrange os agentes não integrados em carreiras técnico-policiais, ao qual será aplicado o regime geral dos trabalhadores da Administração Pública, nem os Corpos de Intervenção e de Segurança Pessoal bem como o Grupo de Operações Especiais, aos quais será aplicado, relativamente aos direitos de negociação colectiva e de participação, um regime adequado à natureza das respectivas funções.

As associações profissionais da PSP já existentes poderão dar lugar a associações de natureza sindical, não sendo, porém, essa transição obrigatória ou automática, em obediência ao princípio da liberdade de constituição de associações sindicais, quer na vertente positiva, quer na vertente negativa.

A proposta de lei aprovada pelo Governo, a par do reconhecimento de direitos, consagra um conjunto de restrições exigíveis pelas atribuições específicas destes trabalhadores.

Fazer declarações que afectem a subordinação da polícia à legalidade democrática bem como a sua isenção política e partidária; fazer declarações sobre matérias de que tomem conhecimento no exercício das suas funções e constituam segredo de Estado ou de Justiça ou respeitem a matérias relativas ao dispositivo ou actividade operacional da PSP classificados de reservado nos termos legais; convocar reuniões ou manifestações de carácter político ou partidário ou nelas participar, excepto, neste caso, se trajar civilmente e, tratando-se de acto público, não integrar a mesa, usar da palavra ou exhibir qualquer tipo de mensagem não é permitido dentro do regime jurídico da liberdade sindical da Polícia de Segurança Pública.

Quanto ao direito à greve, aspiração de longa data pelos agentes da PSP poderá ser finalmente exercido pelos policiais.

O ministro da Administração Interna e o director nacional da PSP exercem funções de controlo de legalidade e de oportunidade nos processos conducentes à organização e funcionamento das associações sindicais.

No que respeita ao exercício das actividades sindicais, o diploma consagra um conjunto de direitos próprios ao estatuto dos membros dos corpos gerentes e dos dele-

gados sindicais, de entre os quais se destacam o direito de não poderem ser transferidos do local de trabalho sem o seu acordo expresso e sem audição da associação sindical respectiva e o direito a créditos de não trabalho remunerado.

A proposta de lei também prevê a incompatibilidade entre o exercício de cargos em corpos gerentes e as funções dirigentes tipificadas no diploma; o direito de exercício nas instalações dos serviços e o de se reunirem nos locais de trabalho, nos termos previstos no diploma; a permissão de as associações sindicais distribuírem comunicados e outros documentos; e a possibilidade de requisição, pelas associações sindicais, de funcionários seus associados.

O diploma tipifica, nos artigos 35º e 38º, respectivamente, as matérias susceptíveis de negociação colectiva e de participação, as quais, com as necessárias adaptações, equivalem às consagradas para os trabalhadores da Administração Pública.

Sublinhe-se que a estrutura, as atribuições e a competência da PSP são matérias insusceptíveis de negociação.

O interlocutor das associações sindicais da PSP nos procedimentos de negociação será o Executivo, através do ministro da Administração Interna.

NOVO REGIME E FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO

O Governo decidiu, no dia 11, regulamentar e desenvolver o regime jurídico da reparação dos danos emergentes dos acidentes de trabalho.

A revisão da lei n.º 2127, em vigor desde 1965, motivada pelo objectivo de assegurar aos sinistrados condições adequadas de reparação dos danos decorrentes dos acidentes de trabalho e doenças profissionais e pela necessidade de adaptação do regime jurídico à evolução da realidade sociolaboral, ao desenvolvimento de legislação complementar no âmbito das relações de trabalho, da jurisprudência e das convenções internacionais sobre a matéria, foi concretizada com a publicação da lei n.º 100/97, de 13 de Setembro.

Este diploma vem regulamentar a referida lei em matéria de reparação aos trabalhadores e seus familiares dos danos emergentes de acidentes de trabalho, sendo objecto de regulamentação autónoma os preceitos relativos a doenças profissionais, trabalhadores independentes, serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho, garantia e actualização de pensões e reabilitação.

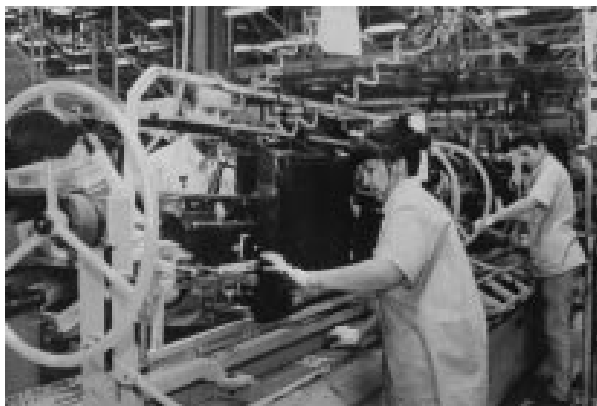
No fundamental, prossegue-se a filosofia que esteve subjacente à lei de 97, de melhoria do sistema de protecção e de prestações conferidas aos sinistrados em acidentes de trabalho, procurando simultaneamente garantir o equilíbrio e estabilidade do sector segurador para o qual as entidades empregadoras são obrigadas a transferir a responsabilidade pela reparação destes danos.

No sentido de melhorar o nível das prestações garantidas aos sinistrados, a presente regulamentação desenvolve importantes alterações relativamente ao regime anterior, designadamente, a revisão da base de cálculo das indemnizações e pensões, que deixam de ser calculadas com base no conceito de retribuição-base, passando a ser calculadas com base na retribuição efectivamente auferida pelo sinistrado.

O quadro normativo aprovado prevê também o alargamento do conceito de acidente de trabalho, nomeadamente a cobertura generalizada do risco *in itinere*, que passa a incluir expressamente as deslocações entre o local de trabalho e o de refeição, assim como os acidentes ocorridos quando o trajecto normal de deslocação do trabalhador relevante para a qualificação do acidente como de trabalho, tenha sofrido desvios determinados por necessidades atendíveis do trabalhador.

Ainda como novidade na proposta de lei aprovada em Conselho de Ministros fica alargado o conceito de familiar a cargo para efeitos de acréscimo do valor da pensão anual e vitalícia paga por incapacidade permanente absoluta para todo e qualquer trabalho.

Outra das novidades desta revisão legal é o pagamento antecipado de pensões de



valor reduzido, sem prejuízo de fixação de um regime transitório que permitirá a progressiva adaptação das empresas de seguros que assim não se confrontarão com um pedido generalizado de remição, com a inerente instabilidade que lhe estaria associada.

Por outro lado, para maior protecção do trabalhador, os recibos de retribuição passam a identificar a empresa de seguros para a qual o risco se encontra transferido à data da sua emissão.

Seguro para trabalhadores independentes

O Executivo socialista decidiu, ainda na reunião de Conselho de Ministros da semana passada, dar luz verde a um diploma que cria um regime normativo sobre o seguro de acidentes laborais para trabalhadores independentes.

Através do seguro de acidentes de trabalho pretende-se garantir aos profissionais liberais e respectivos familiares, em caso de acidente de trabalho, indemnizações e prestações em condições equivalentes às dos trabalhadores por conta de outrem e seus familiares.

O carácter de obrigatoriedade do seguro não abrange os trabalhadores independentes, cuja produção se destine exclusivamente ao consumo ou utilização por si próprio e pela sua família.

O decreto-lei aprovado pelo Governo regula nomeadamente a situação de simultaneidade de regimes, estabelecendo que, nos casos em que o sinistrado em acidente de trabalho é simultaneamente trabalhador por conta de outrem e trabalhador independente, se presume, até prova em contrário, que o acidente ocorreu ao serviço da entidade empregadora.

O não cumprimento pelo trabalhador independente da obrigação de efectuar seguro de acidentes de trabalho que garanta

as prestações definidas na lei n.º 100/97, para os trabalhadores por conta de outrem e seus familiares, constitui infracção punível como contra-ordenação com coima de 20 a 200 contos.

A lei de 1997 prevê também a criação de um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, no âmbito de acidentes de trabalho.

Uma vez que a mesma lei aprovou um novo regime jurídico de reparação dos danos emergentes de sinistros laborais e doenças profissionais e dado que atribuiu ao fundo dos acidentes de trabalho um conjunto de competências mais abrangentes do que as cometidas ao Fundap, o Executivo socialista optou por criar e regular um novo organismo em vez de introduzir mais alterações no actual fundo o que teria evidentes desvantagens em termos de dispersão legislativa e dificultaria a actualização do sistema.

Assim, o Governo deu carta branca ao decreto-lei que institui o Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), que, na sua essência, substitui o Fundo de Actualização de Pensões de Acidentes de Trabalho (Fundap), assumindo ainda novas competências que lhe são cometidas pela lei n.º 100/97.

Face ao anterior fundo, o FAT apresenta um leque de garantias mais alargado, contemplando, para além das actualizações de pensões de acidentes de trabalho e dos subsídios de Natal, o pagamento dos prémios de seguro de acidentes de trabalho de empresas, que estando em processo de recuperação se encontrem impossibilitadas de o fazer, competindo-lhe, ainda, ressegurar os riscos recusados de acidentes de trabalho.

Para prevenir que, em caso algum, os pensionistas de acidentes de trabalho deixem de receber as pensões que lhe são devidas, prevê-se que o FAT garantirá o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes de trabalho sempre que, por

motivo de incapacidade económica objectivamente caracterizada em processo judicial de falência ou processo equivalente, ou processo de recuperação de empresa, ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não possam ser pagas pela entidade responsável.

O FAT, à semelhança do Fundap, funcionará junto do Instituto de Seguros de Portugal, a quem competirá a sua gestão técnica e financeira.

Será ainda constituída uma Comissão de Acompanhamento com a função de analisar e dar parecer sobre os aspectos que, não constituindo actos de gestão corrente, sejam relevantes para o bom desempenho do FAT.

Relativamente ao regime de actualização de pensões, o diploma prevê a actualização nos mesmos termos do Regime Geral da Segurança Social e ainda um esquema voluntário de actualização de pensões acima do regime geral, assente na possibilidade conferida às empresas de seguros de constituírem fundos autónomos de investimento das provisões matemáticas de acidentes de trabalho.

Na função pública...

Nos termos do artigo 2º da lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, o âmbito do novo regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais não se aplica directamente aos trabalhadores da Administração Pública, os quais continuam, a este nível, a ser regulados pelo decreto-lei n.º 38 523, de 23 de Novembro de 1951 e, subsidiariamente, pela lei n.º 2 127, de 3 de Agosto de 1965.

Neste contexto, e face à manifesta desactualização do decreto-lei n.º 38 523, optou-se por rever este diploma, em ordem à sua uniformização com o regime geral e tendo em conta as especificidades da Função Pública, sendo de salientar as opções do novo regime.

- Aplicação deste regime a todos dos trabalhadores ao serviço da Administração Pública, salvo nos casos de pessoal vinculado por contrato individual de trabalho sem termo;
- Delimitação das responsabilidades da Caixa Geral de Aposentações e introdução das necessárias alterações ao Estatuto da Aposentação;
- Intervenção do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais (CNPICRP) na avaliação e gradação das doenças profissionais;
- Manutenção do princípio da não transferência da responsabilidade da entidade empregadora para entidades seguradoras, salvo em casos devidamente justificados;
- Intervenção dos tribunais administrativos para garantir o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores abrangidos pelo regime.

DEPUTADO JOAQUIM SARMENTO

Candidatura

VALE DO DOURO PATRIMÓNIO MUNDIAL



O deputado socialista Joaquim Sarmento solidizou-se, no dia 11, na Assembleia da República, com uma eventual candidatura do Vale do

Douro a Património da Humanidade, garantindo que esta pretensão duriense se justifica pela legítima defesa da identidade cultural e patrimonial desta região.

Citando o estudo da Spidouro, que a Fundação D. Afonso Henriques – entidade promotora da candidatura – mandou elaborar, o parlamentar do PS referiu que «o Alto Douro vinhateiro reúne condições para vir a ser considerado património cultural enquanto "paisagem cultural evolutiva viva e única", tendo desempenhado ao longo da história, um importante "papel de corredor de povos e culturas"».

A ter êxito uma tal candidatura, Joaquim Sarmento considerou que estarão criadas as condições para uma efectiva promoção das rotas patrimoniais que sustentam o horizonte cultural duriense como elemento fundamental da divulgação do turismo de qualidade na zona, «com todo o incremento de progresso e desenvolvimento que tal poderá implicar para uma região que, ape-

sar das suas enormes potencialidades, tem sido objecto de ostracismo, pese embora os esforços deste Governo».

Neste sentido, o deputado do GP/PS fez questão de destacar alguns monumentos do País profundo que é constituído pelo eixo urbano Lamego-Tarouca.

«Quer o Museu de Lamego, que se destaca pelas suas tapeçarias flamengas do século XVI, quer o magnífico Teatro Ribeiro da Conceição, em fase de restauro, são espaços fundamentais para a afirmação de Lamego como capital cultural do Douro», disse.

Defendendo covictivamente a ideia da necessidade imperiosa de «resistir à globalização pelo cultural» se desejamos a proeminência do Homem e a desalienação da nossa aventura, Joaquim Sarmento garantiu não se deixar seduzir pelo «esplendor do caos».

Evocando a caracterização do nosso tempo feito por Eduardo Lorenço, o deputado socialista frisou a preocupante expectativa de que o referido esplendor nos despoje da identidade duriense «e que a riqueza patrimonial e histórica do Douro seja apenas a sombra do passado e não a bússola da nossa autenticidade». **MARY RODRIGUES**

DEPUTADO ARTUR SOUSA LOPES

Adesões à UE

POR UMA EUROPA PREOCUPADA COM A SOLIDARIEDADE E A SEGURANÇA



O parlamentar do PS Artur Sousa Lopes disse no dia 11, na Assembleia da República, que com o alargamento da União Europeia «melhor nos situaremos, numa Europa que é nossa, apagando definitivamente da nossa memória histórica o "Portugal do orgulhosamente sós" e sermos um Portugal orgulhosamente europeu e solidário».

Por isso, frisou, «o Governo português defende politicamente, e muito bem, as novas adesões à União Europeia».

No início da sua intervenção, Artur Sousa Lopes começou por dar uma rápida imagem da Letónia e da Rússia, dois países que também são europeus, e que também têm esperanças, apesar de inúmeras dificuldades de vária ordem.

O deputado do PS considerou que, por isso, deve haver a «coragem política» da União Europeia, de uma vez por todas se definirem "timings" para as novas adesões: «Quando entram na União Europeia, como entram.»

Porque, sublinhou, «havendo vontade política, tudo é possível» e citou o caso da ex-República Democrática Alemã.

«A unificação alemã não foi, e muito bem, um acto profundamente político? Houve

acordos de pré-adesão?», perguntou. Contudo, adiantou, «hoje a Alemanha está unificada, tendo havido, como é natural, os ajustes políticos, económicos e sociais necessários».

Segundo o deputado do PS, «temos uma União Europeia profundamente economicista e burocrata, por vezes sem uma definição estratégica comum».

Para Artur Sousa Lopes, o não haver uma «política externa comum», como aconteceu recentemente no ataque ao Irão, «enfraquece o prestígio mundial da União Europeia».

Recrudescimento de egoísmos nacionais

Neste contexto, defendeu ser necessário que a União Europeia se apresente ao mundo como «o bloco de países economicamente desenvolvidos, mas com o espírito profundo de solidariedade e força conciliadora nos diferentes conflitos internacionais».

«Queremos uma Europa preocupada com a solidariedade e a segurança», disse, acrescentando que «existe nos países da União Europeia um recrudescimento de egoísmos nacionais, principalmente na discussão da Agenda 2000».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO JORGE RATO

Despedimentos colectivos

O JUSTO EQUILÍBRIO



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) saudou, no dia 11, na Assembleia da República, a proposta de lei governamental relativa ao

regime jurídico que regula o despedimento colectivo.

O apoio foi expresso pelo deputado do PS Jorge Rato na intervenção que proferiu por ocasião da discussão conjunta do diploma em questão e que, segundo explicou, derivou da necessidade de conformar o ordenamento jurídico-laboral nacional nesta matéria àquilo que são as imposições resultantes da legislação comunitária.

Segundo Jorge Rato, o Governo quer, ao apresentar este diploma, alterar o regime jurídico dos despedimentos colectivos no sentido de obrigar os empregadores que recorram a este instrumento a incluírem nas informações a prestar aos representantes dos trabalhadores o período durante o qual pretendem efectuar o despedimento e o método previsto para o cálculo da indemnização, se esta for mais elevada do que a estipulada por lei ou em convenção colectiva.

Acresce que a proposta visa, ainda, permitir que as partes se façam assistir por um perito nas reuniões de negociação subsequentes à comunicação do empregador da intenção de proceder ao despedimento colectivo.

Face à primeira novidade introduzida, o parlamentar do PS considerou que os dados apontados são «elementos de informação relevantes relativamente aos quais os trabalhadores e as suas estruturas representativas não têm actualmente forma de aceder».

Quanto ao segundo aspecto inovador do diploma governamental, Jorge Rato apontou para o facto de este particular ser tanto mais importante «porquanto todos nós sabemos que, em regra geral, o recurso ao mecanismo do despedimento colectivo conduz a um laborioso processo negocial

com vista à obtenção de um acordo sobre a dimensão e os efeitos das medidas a aplicar no âmbito do despedimento colectivo», acrescentando que esta é «uma tarefa que ficará bastante facilitada pela intervenção de peritos na matéria».

Na opinião do deputado do GP/PS, o conteúdo da proposta de lei do Executivo, embora parecendo uma medida «singela», afigura-se «muito relevante e globalmente positiva», configurando um «manifesto reforço dos direitos dos trabalhadores no que concerne ao despedimento colectivo».

«Num momento em que se afirmam os direitos sociais dos trabalhadores, nomeadamente os direitos à informação e à consulta a nível europeu, é para nós significativo que o reforço e a promoção desses princípios também no domínio dos despedimentos colectivos, ocorra pela mão do Governo do Partido Socialista», frisou. Referindo ainda que a medida legislativa do Executivo garante um «maior equilíbrio entre empregadores e trabalhadores», Jorge Rato lembrou que na mesma altura se encontrava em discussão um projecto de lei comunista sobre a mesma matéria.

«Em traços gerais, a iniciativa do PCP pretende repor soluções que vigoravam à data da vigência do decreto-lei n.º 372-A/75, de 16 de Julho, e que foram revogadas porque desajustadas», explicou, sublinhando de seguida que a aprovação deste diploma «significaria um retorno à legislação laboral aprovada em 1975», o que não corresponde, segundo fez questão de deixar claro, aos objectivos de política laboral que o PS defende, nem às metas traçadas nas negociações com os parceiros sociais. «A legislação laboral de um país deve adaptar-se à mutação social, tecnológica e organizacional do mundo do trabalho, não ser cega às transformações do tecido produtivo e à evolução das relações industriais, sob pena de, a curtíssimo prazo, essa cegueira traduzir-se em perdas importantes para os próprios trabalhadores», concluiu. **MARY RODRIGUES**

LEIS DA REGIONALIZAÇÃO

Chumbado projecto «popular»

REVOGAÇÃO REJEITADA

A Assembleia da República rejeitou, na passada quinta-feira, dia 11, o projecto de lei do CDS-PP que visava a revogação da Lei-Quadro da Criação das Regiões e da Lei de instituição das regiões administrativas.

O diploma foi recusado com os votos contra do PS, PCP e PEV.

Os deputados aprovaram, apenas com a abstenção do PCP e do PEV, uma proposta de lei do Governo que altera dois artigos do Regime dos Despedimentos Colectivos. O projecto de lei do PCP sobre a mesma matéria foi rejeitado com os votos contra do PS, PSD e CDS-PP.

O texto final da Comissão de Saúde que

estabelece um «programa especial de acesso aos cuidados de saúde», baseado num projecto de lei do PCP, foi aprovado, em votação final global, apenas com a abstenção do PSD e do CDS-PP.

Os deputados chumbaram o projecto de lei do PSD sobre «planeamento familiar e saúde reprodutiva» com os votos contra do PS e a abstenção do PCP e do PEV.

A Assembleia da República aprovou ainda dois projectos de resolução. Um, apresentado pelo PS, visa o alargamento das atribuições da Comissão Eventual de Inquérito às denúncias de corrupção na JAE e o outro, do PCP, sobre a «adopção de medidas contra a deslocalização de empresas».

DEPUTADO BARBOSA DE OLIVEIRA

Direitos dos trabalhadores

RUMO AO SINDICALISMO TRANSNACIONAL



«A instituição dos conselhos de empresa europeus constitui um instrumento de progresso capaz de superar a limitação territorial dos sistemas nacionais e tradicionais de informação e consulta, permitindo, assim, aos trabalhadores, a partir de qualquer Estado-membro, o acesso à participação e consulta perante a direcção central da empresa localizada noutro Estado-membro».

Assim justificou o deputado do PS Barbosa de Oliveira a total concordância do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) bem como o voto favorável desta bancada face à proposta de lei governamental 227/VII, submetida a apreciação na Assembleia da República.

Barbosa de Oliveira falava, no dia 11, du-

rante a sessão plenária em que se discutiu o diploma do Executivo que visa transpor para a legislação portuguesa a directiva comunitária relativa à instituição de um procedimento de informação e consulta dos trabalhadores em empresas ou grupos de empresas de dimensão comunitária, designadamente, o conselho de empresas de envergadura comunitária.

Em causa, segundo o deputado do GP/PS, está o princípio bacilar dos direitos sociais fundamentais dos trabalhadores.

Recorde-se que a directiva 94/45/CE, do Conselho Europeu, de 24 de Setembro de 1994, é entendida como «uma grande conquista do movimento sindical internacional», marcando «um importante avanço na construção de uma Europa mais social, mais humana e mais preocupada com os direitos de quem trabalha», conforme fez

notar, na sua intervenção, Barbosa de Oliveira.

Considerando a proposta de lei governamental não só «globalmente positiva», mas também e sobretudo «meritória», uma vez que «vem propiciar uma maior participação e aprofundamento dos mecanismos de informação e consulta dos trabalhadores», o deputado socialista mostrou-se certo de que ela constituirá «um instrumento indispensável no domínio das relações industriais e do progresso económico e social».

Para Barbosa de Oliveira, o diploma governamental não se ficará por aqui, fazendo, inclusive, emergir uma nova realidade: um sindicalismo transnacional.

«Um sindicalismo que, enfrentando hoje novos desafios, é colocado perante maiores responsabilidades, quer no plano nacional, quer no plano internacional», frisou. O deputado do PS garantiu que a bancada parlamentar socialista votaria favoravelmente a proposta de lei governamental por albergar a «profunda convicção» de que as soluções nelas plasmadas vão ao encontro dos legítimos interesses e direitos dos trabalhadores portugueses e europeus, bem como das suas associações repre-

sentativas.

«A aprovação da proposta de lei 227/VII é mesmo, e por agora, a única forma de instituir os conselhos de empresas nas multinacionais portuguesas, com sede em Portugal, que se têm recusado a qualquer acordo, fazendo depender da transposição da directiva a consagração desta e de outras formas de informação e consulta dos trabalhadores ao serviço das referidas empresas de dimensão europeia», sublinhou.

Relativamente ao diploma que visa aumentar de três para quatro anos a duração do mandato dos titulares de corpos gerentes das associações sindicais, Barbosa de Oliveira manifestou a «total concordância» do GP/PS perante esta proposta governamental.

«Para além de corresponder a uma aspiração do movimento sindical, consubstancia uma adequação que se afigura necessária à estabilidade que deve caracterizar o exercício do diálogo social e da actividade sindical, assim como uma adequação à normal duração dos mandatos das pessoas colectivas, quer de direito público, quer de direito privado», justificou. **MARY RODRIGUES**

DEPUTADO PEDRO BAPTISTA

Construção do Metro do Porto

MAIS TRABALHO, MENOS PALAVRAS



O deputado socialista Pedro Baptista saudou, na sessão plenária da Assembleia da República, realizada no dia 10, o começo das obras de construção do Metropolitano portuense.

«O Metro do Porto não vai ser construído às pinguihas como alguns, em última instância pretendiam», garantiu o parlamentar do PS, reconhecendo de imediato que, «o que ora se implementa, no valor de cerca de 200 milhões de contos, é a primeira fase do Metro», mas sem deixar de reiterar também que «não é preciso que ele termine para se começar a trabalhar na preparação da segunda».

Pedro Baptista, dirigindo-se aos que qualificou como «descrentes», não hesitou em exigir «mais trabalho e menos palavras fáceis».

«O trabalho para o alargamento do Metro a Gondomar, e toda a segunda fase, deve prosseguir com a maior velocidade, até porque o vento político é, finalmente, nos últimos anos, como será nos próximos, favorável ao financiamento dos grandes empreendimentos», disse.

Manifestando orgulho pela coragem e determinação política do primeiro-ministro, António Guterres, e pelo Executivo socialista, o deputado do GP/PS não deixou, porém de chamar a atenção no sentido de ver desenvolvida a navegabilidade da zona do Douro, em particular do Pinhão, onde o troço navegável, não estando concluído, apresenta uma «inaceitável perigosidade». «Concluídos os molhes, concluídas estão as condições para a integral navegabilidade do Douro», frisou, acrescentando que, desta forma, este rio inter-regional se optimizará como recurso turístico de alta qualidade e

se transformará num meio de transporte de futuro, «não só favorável à ligação do interior da região como o mar, mas também como uma riqueza para o País».

Referindo-se a outras vias de transporte, o deputado socialista afirmou que «um aeroporto não é menos importante do que uma rede de auto-estradas», sublinhando «a necessidade de investir no seu crescimento e melhoramento de forma a cumprir como a sua função estratégica».

«É por isto também que espero que a TAP venha a inflectir rapidamente a sua actual política injustificada de esvaziamento do papel internacional e intercontinental do Aeroporto do Porto», disse, acrescentando esperar, igualmente, que, em relação à modernização aeroportuária do País, o crescimento e modernização dos aeroportos existentes seja encarado como prioridade. Lembrando que a Cidade Invista foi recentemente considerada Património Mundial e que em breve será, também, Capital Europeia da Cultura (2001), Pedro Baptista quis deixar claro, para quem tivesse dúvidas sobre a mobilização cultural portuense, que apenas o Festival Internacional de Cinema – Fantasporto serviria como «demonstração clara do que já se sabia».

«Os indicadores de frequência cultural no Porto são iguais aos de Paris e de Londres», referiu.

Ao terminar a sua intervenção, o deputado socialista mostrou-se convicto em que «a confluência de iniciativas neste findar de século indicam que, depois do período em que os portugueses vão ter de aguentar a «estaleirização» da cidade, o Porto aparecerá transformado, uma cidade moderna, uma jóia do património, um orgulho para todos os portugueses e todos os portugueses».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO ALBERTO MARQUES

Planeamento familiar

MAIS QUALIDADE NOS CUIDADOS PRESTADOS



«O muito que está a ser feito, a atitude dedicada dos profissionais de saúde, as medidas inovadoras em curso, justificam o nosso optimismo quanto ao futuro», afirmou no dia 10, na sessão plenária da AR, o deputado socialista Alberto Marques, numa intervenção centrada no planeamento familiar e na educação sexual.

Acréscitou que «a situação é seguramente hoje melhor que ontem» e disse estar certo que «será certamente ainda melhor no futuro, se o País concretizar a Estratégia de Saúde 1998/2002 que está em curso».

Numa visão optimista, o deputado do PS disse acreditar «ser possível fazer ainda melhor, com mais qualidade nos cuidados prestados, mais fácil acessibilidade, sempre em função das reais necessidades de saúde dos cidadãos».

Ao longo da intervenção esclarecida que efectuou durante a discussão de um projecto do PSD sobre planeamento familiar e saúde reprodutiva e um outro da autoria do PCP visando reforçar as garantias do direito à saúde reprodutiva, Alberto Marques lembrou que o PS sempre considerou a educação sexual e o planeamento familiar como «assuntos da maior impor-

tância e de particular relevância política». «Era essa a nossa postura na oposição, é, hoje, ainda mais, que somos Governo», realçou.

O deputado do PS disse ser justo reconhecer, mais uma vez, «a forma dinâmica, a atitude responsável e determinada com que o actual Governo tem sabido corresponder às expectativas e aos interesses dos cidadãos, aplicando uma nova política de saúde, de que é recente exemplo o Plano de Acção Integrada para Educação Sexual e Planeamento Familiar, aprovado em Setembro passado».

Depois de ter destacado as acções que neste domínio têm sido levadas a cabo, nomeadamente pela Secretaria de Estado da Juventude, lembrou que o acesso ao planeamento familiar «tem aumentado significativamente em Portugal» confirmado pelas estatísticas do INE.

O deputado do PS criticou o diploma apresentado pelo PSD, devido à sua «superficialidade» e ao propósito nele contido de favorecimento dos prestadores privados em detrimento do aproveitamento das estruturas públicas.

Também o projecto apresentado pelo PCP lhe mereceu algumas pequenas reservas, embora admitisse que o PS possa ir ao encontro da maioria das propostas nele contidas. **J. C. C. B.**

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO

Autarquias locais

NÃO AO «TAKE AWAY» LEGISLATIVO DO PP PARA OS TELEJOURNALS



O deputado do PS José Junqueiro desmontou no dia 11 de Março, no Parlamento, mais uma iniciativa legislativa demagógica e populista do PP

que, a ser implementada, poderia pôr em causa a garantia institucional das autarquias locais. Num tom sereno e pedagógico, José Junqueiro lembrou que «o PS comprometeu-se perante o País com o cumprimento da Constituição, nomeadamente no que respeita à criação das regiões administrativas. Assumiu essa vontade enquanto oposição e tentou concretizá-la enquanto poder».

Neste quadro, sublinhou que «não é vulgar em política fazer as reformas estruturais em detrimento de interesses conjunturais».

Pelo contrário, frisou, «algumas oposições só se apresentam como tal através de atitudes conjunturais avulsas, sem fim condutor, não privilegiando o interesse de Estado, mas promovendo apenas o interesse partidário».

José Junqueiro referiu ser exactamente este o contexto em que o PP se movimentou, ou seja, «um dia quer conchelos que não propôs, noutro defende uma Europa que sempre hostilizou; o seu próprio líder queixava-se das tempestades, mas nunca fala dos ventos que semeou».

Salientando que o que poderá ser essencial é a realização de um intenso debate na sociedade portuguesa sobre «a desconcentração, a reorganização dos serviços periféricos do Estado, a descentralização e o reforço do funcionamento participado e democrático das instituições», o deputado do PS lembrou a propósito os muitos diplomas que, neste âmbito, se produziram nesta legislatura, e que criaram «mecanismos de trabalho e novas capacidades de decisão e participação ao nível do poder local».

PP tenta ferir a Constituição

Assim, considerou que o PP nada trouxe de novo, «a não ser a renovada tentativa de ferir a Constituição da República, o diagnóstico do que lhe parece estar mal e a prognose de um futuro que sem este partido no poder tudo seria sombrio ou mesmo negro».

José Junqueiro criticou ainda o partido liderado por Paulo Portas que, a seis meses de eleições, criou um «alfabetizado» Conselho Económico e Social com a missão de pensar para o País em algumas semanas as soluções que não propuseram durante quatro anos, uma espécie de «take away» legislativo que, contrariamente ao que diz o PP, será feito apenas para servir à hora dos telejornais». **J. C. CASTELO BRANCO**

DEPUTADO ARTUR PENEDOS

AD rural

TRAILITEIRISMO, OBSCURANTISMO E ULTRAMONTANISMO



O deputado do PS Artur Penedos, numa intervenção no dia 4, no Parlamento, perguntou, perante o silêncio das bancadas do PSD e PP, «será que a AD tem na sua génese a legitimação do trailiteirismo obscurantista e o clima de intimidação à Ferreira Torres, tal como à sociedade é noticiado pelo jornal «Público» de 1 de Março?»

Artur Penedos lembrou que a recém-criada Associação dos Amigos do Marco realizou no dia 13 de Fevereiro um almoço de confraternização democrática que visou denunciar «o clima de intimidação, de insultos, de ameaças e eventuais agressões físicas do presidente da Câmara do Marco, que dá pelo nome de Avelino Ferreira Torres, a todos os que publicamente discordam ou possam vir a discordar de si próprio».

Como resposta a este almoço de democratas de diversos quadrantes e capitães de Abril realizado no Marco de Canaveses contra a «reputação» do seu edil, no decurso do qual foi distribuído um dossier e cassetes com declarações de Avelino Ferreira Torres que «envergonham, não só um país de Abril, mas também qualquer democracia», o deputado do PS referiu que o homem que preside aos destinos do concelho resolveu promover um megajantar de

apoio à sua própria pessoa.

No referido jantar, lembrou Artur Penedos, que se saldou por um rotundo fracasso, com a grande maioria dos participantes a receber uma senha gratuita para o referido repasto, estiveram presentes Valentim Loureiro e Nobre Guedes.

Alternativa sem substância

Ora, como o presidente da distrital do PSD/Porto e o dirigente nacional do PP Nobre Guedes tornaram público que estavam nesse megajantar «porque tinha sido no Marco que os primeiros passos da AD haviam sido dados», o deputado do PS perguntou: «Será que Valentim Loureiro e Nobre Guedes consideram que a AD do Marco configura o perfil adequado à AD que querem para Portugal?»

Segundo Artur Penedos, o País, pelas declarações destes dois dirigentes nacionais do PSD e do PP, «ficou finalmente a saber que a AD do Marco é, de facto, a imagem da AD que pretendem para Portugal e que se caracteriza por: uma estratégia que não tem estratégia; uma reunião de personalidades com interesses circunstanciais que não consegue unir social-democratas nem democratas-cristãos; uma alternativa sem substância, vazia de ideias, que nada tem a ver com o futuro de Portugal, dos portugueses e da democracia». **J. C. C. B.**

DEPUTADO MANUEL ALEGRE

Protocolo de Estado

ACABAR COM A INDEFINIÇÃO LEGAL



Os deputados socialistas Manuel Alegre subscreveu um projecto de lei que visa esclarecer a indefinição jurídica em torno às cerimónias esta-

duais.

Num comunicado de 11 de Março, Alegre explica que o objectivo do projecto n.º 630/VII é «fixar critérios político-constitucionais para o Protocolo de Estado», o que, até agora, não se tinha verificado.

«Tirando algumas excepções pontuais, o protocolo seguido em cerimónias oficiais resulta de sucessivos ajustamentos e actualizações de listas de precedência elaboradas ao longo dos últimos 25 anos ou mesmo antes do 25 de Abril», lembra o parlamentar do PS, acrescentando que «estas listas estão cheias de incongruências que em nada dignificam os cerimoniais públicos que pretendem regular».

Assim, o diploma, apresentado recentemente na Assembleia da República, visa definir regras claras, «democraticamente estabelecidas», que espelhem a realidade da democracia portuguesa.

O projecto, segundo atesta o comunicado de Manuel Alegre, «reafirma a precedência protocolar dos titulares de cargos eleitos e inclui, pela primeira vez, não apenas todos os eleitos regionais como os próprios eleitos locais, a nível de município e freguesia».

O documento assegura, igualmente, a dignidade das funções parlamentares, respeitando o pluralismo.

«Os cargos representativos da sociedade civil prevalecem, de modo geral e ao contrário do que antes sucedia, sobre cargos técnicos de gabinetes oficiais e dirigentes da administração pública», escreve Alegre. No projecto n.º 630/VII estabelece-se ainda normas explícitas sobre o relacionamento entre o Estado e outras entidades supranacionais como a União Europeia e respectivos órgãos representativos.

Quanto às entidades eclesásticas, o projecto define critérios para o relacionamento protocolar, mas não lhes reserva «lugar à parte», pelo que não as faz constar das listas de precedência da República, onde também não figuram as descendentes da «família real portuguesa». **M. R.**

DEPUTADO AIRES DE CARVALHO

Requerimento

ABATE DE ÁRVORES NA MATA DA MACHADA



Num requerimento enviado no dia 3 ao Ministério da Agricultura, o deputado do PS Aires de Carvalho solicita informações sobre qual o critério que tem vindo a ser utilizado para o abate das árvores da Quinta do Machado no Barreiro.

No documento, Aires de Carvalho quer ainda esclarecimentos sobre qual o pon-

to da situação do processo de reflorestação da mata da Machada, para o qual foi aberto concurso público há um ano.

A mata da Machada, salienta o deputado do PS, é um importante pulmão verde no concelho do Barreiro, que tem sido alvo recentemente de um abate em série e indiscriminado de árvores, com o aparcimento do projecto «Parque de Aventuras da Machada». **J. C. C. B.**

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 18

A Assembleia da República reúne, hoje, às 15 horas, para um debate de urgência requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD sobre a alegada «grave quebra do investimento público nas vias de comunicação».

Depois, os deputados estudarão a proposta de lei 228/VII que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Sexta-feira, dia 19

Amanhã, os partidos com assento parlamentar farão perguntas ao Governo, no hemiciclo de São Bento, a partir das 10 horas.

Quarta-feira, dia 24

A discussão parlamentar conjunta da próxima semana abordará duas propostas de lei governamentais, respectivamente, a que aprova a Lei do Serviço Militar e a que prevê a alteração à Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

GUTERRES PROMETE DURO COMBATE AOS EGOÍSMOS NACIONAIS NA EUROPA

António Guterres considera que os egoísmos nacionais voltaram a ter expressão nos acontecimentos que motivaram a demissão da Comissão Europeia, na segunda-feira passada. Pela parte de Portugal, o primeiro-ministro reiterou a confiança em João de Deus Pinheiro, caso se opte por uma solução transitória de gestão, até ao final do corrente ano. O chefe do Governo prometeu também colaboração total com a presidência alemã e manifestou a sua confiança de que os principais dirigentes políticos dos países da União Europeia saibam ter um agudo sentido de Estado para revitalizar o projecto europeu. Mário Soares, por sua vez, defendeu que o perfil do sucessor de Jacques Santer deverá ter uma convicção e uma competência semelhante àquela que foi evidenciada no passado por Jacques Delors. Pela parte do PS, o camarada António Vitorino anunciou que a lista de eurodeputados será analisada no dia 26 deste mês, em reunião da Comissão Política Nacional do partido.

«N

ão podemos deixar de encarar com preocupação o recrudescimento dos egoísmos nacionais, que teve a sua expressão aguda nos acontecimentos que levaram à demissão da Comissão Europeia», afirmou António Guterres, terça-feira passada, quando discursava num almoço-debate promovido pelo conselho português do Movimento Europeu e no qual esteve presente o cabeça-de-lista do PS para as eleições europeias e ex-Presidente da República, Mário Soares. De acordo com o primeiro-ministro, após a demissão do elenco de Jacques Santer, «é dever de todos os governos, em colaboração com o Parlamento Europeu, agir no sentido de ser eleita uma Comissão Europeia que venha a assumir as suas responsabilidades como órgão que verdadeiramente se exprima em nome dos ideais europeus». Apesar de o Executivo português encarar com preocupação os problemas institucionais dentro da União Europeia, o chefe do Governo disse ter identificado dois aspectos positivos nos últimos dias. Em primeiro lugar, distinguiu a «dignidade» da atitude tomada pela Comissão Europeia, que não hesitou em abandonar as suas funções mal foi conhecido o relatório da comissão independente de sábios. Em segundo lugar, realçou o facto de o Parlamento Europeu ter provado que actua a exercer as suas competências, fazendo votos que, no futuro, também saiba inter-



pretar os interesses do projecto de construção europeia e não se «balcanize» na lógica dos meros objectivos específicos de cada país.

«Saibamos reflectir a partir deste incidente (a demissão da Comissão Europeia), reforçando as instituições», declarou.

Apelo à unidade nacional

Até ao Conselho Europeu de Berlim, a 24 e 25 deste mês, António Guterres garantiu que o Governo prestará «total colaboração» ao Executivo alemão de Gerard Schroeder (detentor da presidência da União Europeia até Junho) no sentido de ultrapassar as dificuldades institucionais e de fechar rapidamente o «dossier» da Agenda 2000. Entre as várias soluções possíveis para ultrapassar a demissão da equipa de Jacques Santer, o primeiro-ministro colocou a possibilidade de a União Europeia optar por nomear uma comissão de gestão, até ao final do presente ano, altura em que este órgão terá competências acrescidas na sequência da aplicação dos princípios constantes no Tratado de Amesterdão. «Caso se venha a optar por indicar uma comissão de gestão, o Governo entende que Portugal deverá continuar representado por João de Deus Pinheiro. O país terá de viver em espírito de unidade nacional», sublinhou o chefe do Governo, que se congratulou pelo facto de o relatório que investigou o funcionamento da Comissão Europeia ter isentado de quaisquer responsabilidades o ex-ministro da Educação e dos Negócios Estrangeiros de Cavaco Silva. No mesmo sentido, aliás, pronunciou-se também Mário Soares, que manifestou a sua satisfação por João de Deus Pinheiro

ter saído «incólume» desta crise, e o próprio PS, por intermédio do porta-voz do partido, António Vitorino.

Já no período de perguntas e respostas, António Guterres admitiu que, entre os principais dirigentes políticos europeus, «há quem tenha interesse na existência de uma Comissão Europeia frágil e num Parlamento Europeu fraco», mas desligou a questão dos egoísmos nacionais das diferentes famílias ideológicas europeias. Pelo contrário, sublinhou o interesse do país em que a próxima Comissão Europeia venha ainda a ser mais forte. António Guterres, por outro lado, salientou que faz pouco sentido falar-se já na questão da sucessão de Jacques Santer, alegando que, «mais dos que os nomes, a preocupação reside numa rápida solução» para substituir a equipa de Jacques Santer.

«É por vezes nos momentos de crise que se vêem quem são os grandes líderes. Tenho esperança que a crise ajude a acordar os responsáveis europeus para revitalizar um projecto de várias décadas», acrescentou, antes de assegurar que «este não é o momento para os governos nacionais tratarem de pequenas coisas, mas de pensarem com agudo sentido de Estado em aprofundar a construção europeia».

Perfil igual a Jacques Delors

Também Mário Soares reagiu à recente demissão da Comissão Europeia, reconhecendo estar-se «perante uma crise, mas não de grande gravidade e que pode significar um impulso no crescimento de uma Europa mais unida. A crise até poderá acentuar o papel do Parlamento Europeu e das instituições europeias, reforçando a

democracia», afirmou o antigo secretário-geral e fundador do Partido Socialista.

Tal como António Guterres, também o ex-Presidente da República entende que «nada impede que esta equipa da Comissão Europeia continue em funções de gestão por mais tempo. É preferível do que estar-se a nomear uma outra Comissão Europeia, para depois ser discutida de novo após as eleições para o Parlamento Europeu, defendeu. Sobre o perfil ideal para suceder a Jacques Santer, Mário Soares defendeu um político com a categoria e o europeísmo do socialista francês Jacques Delors.

Na mesma tarde de terça-feira, depois de uma reunião do Secretariado Nacional do PS, o porta-voz do partido, António Vitorino, disse que os socialistas portugueses «comungam da apreensão deste período de crise, porque estamos em plena negociação da Agenda 2000, onde é importante que todas as instituições se encontrem em funcionamento normal».

António Vitorino endereçou depois votos para que, rapidamente, os Estados-membros e o Parlamento Europeu «encontrem uma solução para ultrapassar esta crise». De acordo com o porta-voz do PS, por agora, «ainda não é claro se a substituição da Comissão Europeia terá um carácter transitório para cumprir o prazo previsto no Tratado de Maastricht, ou se estamos perante um cenário em que será antecipada a substituição de uma nova equipa por um prazo de cinco anos».

Na conferência de Imprensa, António Vitorino anunciou que o PS reunirá a sua Comissão Política no dia 26 deste mês, tendo como objectivo a eleição da lista socialista de eurodeputados.

UE

Roménia

SEIXAS DA COSTA DEFENDE PROCESSO INCLUSIVO DE ALARGAMENTO

O alargamento da UE dominou a visita de três dias Seixas da Costa à Roménia e que termina amanhã.

Nos seus contactos com as autoridades romenas, o secretário de Estado dos Assuntos Europeus reiterou o apoio de Portugal à candidatura da Roménia à União Europeia e à NATO, na linha da doutrina inclusiva que tem vindo a ser defendida pelo Governo português.

Em Bucareste, o secretário de estado dos Assuntos Europeus foi recebido pelo primeiro-ministro romeno, Radu Vasile, tendo depois um encontro com a secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros, Elena

Zamfirescu.

Seixas da Costa participou ainda numa reunião-conferência realizada no palácio do parlamento subordinada ao tema «Portugal e a Nova Europa».

O secretário de Estado esteve ainda presente em dois «workshops» organizados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português, sobre a problemática da adesão à União Europeia.

No decurso da sua visita oficial à Roménia, Seixas da Costa abordou ainda os últimos desenvolvimentos na Rússia, Ucrânia e Kosovo, bem como a actual situação em Timor-Leste. **J. C. C. B.**

UE

Schroeder

ESLOVÁQUIA PODE NEGOCIAR ADESÃO NO FINAL DE 99

O chanceler alemão, Gerhard Schroeder, considerou recentemente que a Eslováquia tem «boas hipóteses» de começar a negociar a adesão à União Europeia (UE) a partir do final de 1999.

«Há boas hipóteses de que se abram negociações na Cimeira da UE em Helsínquia no final do ano», declarou Schroeder, depois de um encontro em Bona com o primeiro-ministro eslovaco, Mikulas Dzurinda. Schroeder reafirmou o apoio da Alemanha à candidatura eslovaca e exprimiu a sua compreensão face ao desejo eslovaco de aderir à NATO. A União Europeia abriu já negociações de adesão com a Polónia, República Checa, Hungria, Eslovénia,

Estónia e Chipre.

O chanceler alemão, cujo país exerce a presidência rotativa da UE até final de Junho, recordou a necessidade prévia, para qualquer alargamento da UE, do encerramento do dossier do financiamento comunitário de 2000 a 2006, a chamada Agenda 2000.

A Alemanha conta terminá-lo na cimeira especial da UE, em Berlim, a 24 e 25 de Março.

A Eslováquia deve continuar a fazer esforços para aderir à UE, afirmou Schroeder, salientando os «grandes progressos» já realizados, em particular em matéria de «luta contra os défices democráticos».

ALEMANHA

Demissão de Lafontaine

VIRAGEM AINDA MAIS AO CENTRO?

A inesperada demissão de Oskar Lafontaine, ministro das Finanças do Governo vermelho-verde da Alemanha, teve para já como principal consequência a escolha do chanceler Schroeder para presidente do SPD.

Rival de Schroeder na investidura social-democrata para a chancelaria, Oskar Lafontaine transformara-se depois no principal oponente da unidade do SPD e da vitória histórica de Schroeder, que pôs termo ao longo consulado de Helmut Kohl.

Ex-líder do SPD, Lafontaine é um adepto dos valores sempre actuais do socialismo democrático, não se deixando seduzir por modas passageiras como a Terceira Via, uma espécie de liberalismo humanista, o que lhe granjeou desde sempre a admiração dos sectores progressistas e das bases do SPD.

Com a sua demissão de ministro das Finanças, alguns analistas políticos vaticinam

que o Governo de Schroeder vai inflectir para o centro, embora o chanceler tenha prometido a continuidade da política económica.

O que é certo é que a demissão de Lafontaine foi de imediato saudada pelos accionistas e investidores, pelos sectores mais conservadores da sociedade alemã e ainda pelos adeptos da chamada Terceira Via.

Reforma fiscal

Só o futuro poderá dizer até que ponto a demissão de Lafontaine trará ou não mudanças substanciais na política económica do Governo, nomeadamente na reforma fiscal, uma questão continua a irritar os empresários, mas que é um instrumento de redistribuição do rendimento que nenhum governo que se reclame dos valores do socialismo democrático deve abdicar. **J. C. C. B.**

FRANÇA

Eleições europeias

CAMPANHA PELA INSCRIÇÃO E VOTO DOS PORTUGUESES

A Comissão Nacional pela Inscrição e Voto dos Portugueses em França apelou às autoridades portuguesas e francesas para investirem mais na campanha de mobilização da comunidade portuguesa nas eleições autárquicas e europeias.

É de sublinhar, no entanto, o notável trabalho já desenvolvido pelo secretário de Estado das Comunidades, José Lello.

Nunca como nestes últimos três anos as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo foram tão apoiadas.

A campanha, cujo objectivo é sensibilizar os portugueses residentes em França para a importância da sua participação nas eleições de Junho para o Parlamento Europeu e autárquicas francesas de 2001, é dirigida pela Comissão Nacional, constituída pelas associações aderentes à Federação das Associações Portuguesas de França (FAPF).

José Machado, membro da Comissão e presidente da FAPF, disse que desde o arranque da campanha, o número de cidadãos portugueses inscritos tem aumentado consideravelmente nos Consulados e nas Câmaras francesas.

Segundo José Machado, «a comunidade portuguesa está pouco informada e sensibilizada para a importância deste acto».

Adiantou que as autoridades portuguesas deveriam enviar para os seus consulados e associações da comunidade material sobre esta questão, nomeadamente a legislação.

O presidente da FAPF salientou que a responsabilidade maior é da França, já que é colocada ao emigrante uma série de barreiras burocráticas, não existindo um papel activo por parte das autoridades francesas.

Apesar desta insuficiente informação, José Machado manifestou as suas esperanças quanto à participação dos portugueses nestas eleições, acrescentando que a campanha, que termina no ano 2000, irá dar grandes frutos.



Para tal, já pediu à União Europeia apoios no sentido de obter meios financeiros, humanos e materiais para desenvolver uma campanha mais forte.

Marcas profundas

Desde o início da campanha, a Comissão Nacional, através das várias associações que fazem parte da FAPF, já desenvolver diversos conferências locais, onde estiveram presentes membros da comunidade, autoridades francesas e portuguesas.

Nestas conferências, todos foram unânimes ao manifestar a importância da participação dos portugueses nos próximos actos eleitorais.

«Esta campanha deixará marcas profundas na história da emigração portuguesa, como um dos marcos mais importantes de toda a sua luta, pela conquista de novos direitos e por uma verdadeira e pela cidadania», sustentou o membro da Comissão Nacional.

DIREITOS HUMANOS

Conselho da Europa denuncia

HÁ TORTURAS E MAUS TRATOS EM PRISÕES DA TURQUIA

O Comité para a Prevenção da Tortura (CPT) do Conselho da Europa denunciou a existência «sem quaisquer dúvidas» de torturas e maus tratos em prisões da Turquia.

A denúncia destas violações dos direitos humanos é feita num documento divulgado recentemente em Estrasburgo.

Após visitas a vários centros de detenção, em Outubro de 1997, os peritos europeus do CPT denunciaram a existência de torturas e de maus tratos nas prisões turcas contra delinquentes comuns e pessoas

acusadas de atentarem contra a segurança do Estado.

Detidos sem assistência jurídica

No documento, refere-se que não se fizeram «progressos significativos em matéria de maus tratos desde as últimas investigações efectuadas em 1990 e 1996».

Exames médicos feitos em delinquentes comuns e presos políticos provam a existência de torturas no país em referência, sublinha a investigação do Conselho da Europa.

CAPOULAS SANTOS CONSEGUE ACORDOS SECTORIAIS GLOBALMENTE POSITIVOS PARA PORTUGAL

Capoulas Santos continua a defender intransigentemente os interesses da nossa agricultura. Neste contexto, Portugal votou contra o acordo de princípio alcançado no dia 11 de madrugada pelos ministros da Agricultura da União Europeia sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) por considerar não poder dar o seu aval ao compromisso na medida em que «não foram assegurados os mecanismos que permitissem o necessário reequilíbrio dos apoios da PAC, de acordo com as orientações da cimeira de chefes de Estado do Luxemburgo».

A delegação portuguesa ao Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia, em Bruxelas, chefiada por Capoulas Santos, foi a única que apresentou uma reserva global ao acordo político sobre a reforma da PAC alcançado após uma maratona negocial encetada em 22 de Fevereiro. Embora os ministros não tenham votado, a presidência alemã em exercício concluiu pela existência de uma maioria qualificada (representativa de cerca de dois terços da população da UE) favorável ao acordo a submeter à apreciação do Conselho Europeu de Berlim de 24 e 25 de Março. Além do não português, o acordo político suscitou uma reserva parcial da França respeitante ao financiamento do pacote de medidas que dará corpo à reforma agrícola no período entre 2000 e 2006.

A não obtenção de 100 mil hectares suplementares de área de cultivo para o trigo duro, bem como a não satisfação de um pedido de tratamento de excepção para a reposição de quebras da quota nacional de tomate por causa do mau tempo, determinaram em parte a oposição de Portugal.

O terceiro motivo da recusa prende-se com a supressão, pelo Conselho Agrícola, do artigo do regulamento sobre Desenvolvimento Rural que abria caminho a uma maior justiça social na distribuição das ajudas agrícolas.

Uma larga maioria de ministros aceitou que se apagasse do regulamento o princípio da realização de poupanças à custa da fixação de limites máximos (tectos) para as ajudas destinadas às maiores explorações agrícolas (sobretudo alemãs, britânicas e francesas).

Não obstante a sua recusa global, Capoulas Santos considerou após a reunião que os resultados da negociação da PAC «são globalmente positivos para Portugal».

Após ter estado prestes a fazer aprovar um compromisso relativamente neutro para Portugal do ponto de vista orçamental, a presidência do Conselho Agrícola reviu-o



em ordem a satisfazer algumas pretensões portuguesas, o que demonstra a capacidade negocial de Capoulas Santos.

Sob reserva de precisar melhor os cálculos, o compromisso alcançado implica o aumento das transferências da secção Garantia do Fundo Agrícola Europeu (FEOGA) para o país dos actuais 131 milhões de contos por ano para 168 milhões de contos por ano, disse Capoulas Santos.

A esse valor há que acrescentar as verbas que serão destinadas mais tarde ao Desenvolvimento Rural, mas dele ainda têm de ser deduzidas as perdas decorrentes das reduções de preços garantidos (subsidiados pela UE) acordadas para os vários sectores - de 15 por cento para o leite e de 20 por cento para os cereais e a carne bovina.

Terão ainda de ser deduzidas as perdas que resultarão da redução gradual das ajudas directas ao rendimento dos agricultores, se esta forma de realizar poupanças for aprovada pelos líderes dos «Quinze» na Cimeira de Berlim.

Capoulas Santos calcula que Portugal beneficia de 5 por cento dos 2,5 mil milhões de euros (500 milhões de contos) que custa o pacote adoptado pelos ministros da Agricultura.

Na actualidade, a lavoura nacional absorve apenas 1,7 por cento do FEOGA, sublinhou.

Segundo o ministro, Portugal ganha no sector do leite o direito de redistribuir 200 mil toneladas adicionais de quotas não utilizadas, o adiamento até 2003 de uma refor-

ma demasiado cara e mais 61 milhões de euros por ano (12,2 milhões de contos) de ajudas.

No sector dos cereais, o ministro identificou ganhos de 60 mil hectares a mais em área de regadio, acréscimo que salvaguarda os 15 mil hectares reservados para o empreendimento do Alqueva (Alentejo), tratamento especial para o milho e os 23 milhões de euros anuais (4,6 milhões de contos) em ajudas à totalidade das culturas aráveis.

Importantes ganhos

Os ganhos mais acentuados verificam-se nos sectores dos bovinos e do vinho, indicou.

Portugal conquista 12 600 novos direitos para as vacas aleitantes e 20 171 para os bovinos machos.

Para as primeiras, o prémio (ajuda) da UE sobe 11 contos por cabeça e para os segundos 15 contos.

Mantém-se a ajuda específica às regiões menos desenvolvidas (de objectivo 1) e é criado para Portugal um modelo de extensificação com um prémio de 20 contos.

Feitas as contas, os negociadores portugueses estimam em 84 milhões de euros anuais (16,8 milhões de contos) o acréscimo de ajudas da UE ao sector português dos bovinos.

No sector vitícola, Portugal consegue uma reserva nacional permitindo a recuperação nos próximos três anos de direitos de plan-

tação de vinha até 20 mil hectares além de 3670 hectares para novas plantações.

Os negociadores portugueses congratulam-se ainda com a manutenção da proibição da importação de mostos para vinificação e da mistura de vinhos de países terceiros com vinhos da União.

No capítulo do Desenvolvimento Rural, o Conselho Agrícola inscreveu no compromisso uma declaração relativa a Portugal em que a Comissão Europeia se compromete a «ter em conta as condições socioeconómicas da economia rural portuguesa quando implementar as novas regras» para a diversificação e modernização da actividade económica nas zonas agrícolas.

Capoulas Santos lê na declaração a intenção de se beneficiar Portugal para efeitos da distribuição dos dinheiros que forem destinados futuramente ao Desenvolvimento Rural, cujo montante será fixado mais tarde.

Cada Estado-membro apresentará uma proposta financeira ao abrigo de um programa nacional para o desenvolvimento das zonas rurais.

No caso português, o Governo fará apelo a verbas superiores aos 200 milhões de euros (40 milhões de contos) atribuídos a Portugal em 1999, garante o ministro.

Dos valores que forem investidos no sector, ele reconheceu que depende em grande medida a concretização de um dos principais objectivos de Portugal nas negociações da PAC: o reequilíbrio entre regiões, produtos e agricultores.

DIA MUNDIAL DO CONSUMIDOR **Novo quadro legal**

AFIXAÇÃO DE PREÇOS PASSA A SER OBRIGATÓRIA

O ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, apresentou, no dia 13, no âmbito do Dia Mundial do Consumidor (15 de Março), um conjunto de cinco diplomas na área da defesa do consumidor, aprovados em Conselho de Ministros.

A par da proibição da cobrança de cauções relativas à prestação de serviços públicos essenciais, da instituição da obrigatoriedade de afixação transparente e explícita dos preços dos produtos e serviços, um terceiro texto proíbe a comercialização de géneros alimentícios que contenham brindes misturados, mas salva o tradicional bolo rei, ao estipular directivas para os seus brindes, que nunca poderão ser inferiores a cinco centímetros.

Através de um quarto diploma, dão-se condições ao Instituto do Consumidor para o exercício da autoridade pública, de tal forma que, quem não acatar as suas decisões incorre em crime de desobediência. O último decreto-lei estabelece os princípios e regras a que deve obedecer a instituição voluntária de entidades privadas de resolução extrajudicial de conflito de consumo, tais como, Provedor do Cliente, mediador ou uma pessoa singular.

Pretende-se, com esta medida legal, que as entidades envolvidas proporcionem garantias de independência e imparcialidade na sua actuação.

O custo visível

Ao abrigo dos decretos-lei recentemente apresentados pelo ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, todos os prestadores de bens e serviços vão ser obrigados a afixar os preços de for-



ma bem visível.

«A indicação dos preços de venda e por unidade de medida deve ser feita em dígitos de modo visível, inequívoco, fácil e perfeitamente legível, através da utilização de letreiros, etiquetas ou listas, por forma a alcançar-se a melhor informação para o consumidor», estipula o texto da nova lei, adiantando que, «em prejuízo da informação relativa a outras formas de pagamento, deve ser indicado sempre o preço a pronto pagamento».

Por outro lado, a publicidade sempre que mencione preços de bens ou serviços deve respeitar as regras referidas na nova lei e indicar, também «de forma clara e perfeitamente visível», o preço expresso em moeda com curso legal em Portugal, incluindo taxas e impostos.

As multas variam entre os 50 e 750 contos se o infractor for uma pessoa singular, ou entre os 500 a seis mil contos se se tratar de uma pessoa colectiva.

A venda ambulante fica dispensada das

obrigações de indicação de preços por unidade de medidas, constantes deste diploma, durante um período transitório de três anos, a contar da data de entrada em vigor da nova lei.

«Fica agora claro que, não apenas o fornecimento de bens, mas também o fornecimento de qualquer tipo de serviços passa a ter afixação obrigatória dos preços», explicou o ministro, salientando que a afixação deve ser feita, de forma bem visível, «no local onde os serviços são propostos ou prestados ao consumidor».

Instituto com mais poderes

A nova lei tutelar do consumo vai reforçar os poderes do Instituto do Consumidor para actuar como autoridade pública, prevendo-se que, quem não acatar as suas decisões, incorra em crime de desobediência.

Um dia depois de a lei ser publicada, o Instituto do Consumidor passará a poder aplicar medidas cautelares de cessação, suspensão ou interdição de fornecimentos de bens ou prestação de serviços que acarretem riscos para a saúde, segurança ou os interesses económicos dos consumidores.

Os bens, serviços ou direitos que forem objecto de uma medida cautelar deverão, de imediato, ser retirados do mercado, deixados de ser prestados ou transmitidos, conforme o caso.

A medida de suspensão tem uma duração máxima de 30 dias, podendo ser prorrogada, por uma só vez, por igual período, sem prejuízo da sua conversão em medida de interdição.

Por outro lado, o presidente do instituto poderá solicitar e obter de quaisquer entidades públicas ou privadas fornecedoras de bens, ou prestadoras de serviços, os elementos e informações que entender necessários à salvaguarda dos direitos e interesses dos consumidores.

O fim das cauções

Outra das novidades introduzidas pelo novo regime do consumo é a proibição da cobrança aos consumidores de cauções nos contratos de fornecimento de água, electricidade, telefones e gás. Contudo, os fornecedores poderão exigir a prestação de uma caução para restabelecer fornecimentos interrompidos quando o consumidor não cumpra o contrato, nomeadamente quando não proceder ao pagamento dos serviços já recebidos.

Os consumidores que já usufruem daqueles serviços, tendo pago para tal uma caução, vão tê-la restituída, num prazo que não deverá exceder um ano. O diploma admite a possibilidade de a restituição das cauções ser feita por compensação, total ou parcial, nas facturas periódicas.

Ao justificar esta medida, José Sócrates afirmou: «Parece-nos completamente inadequado que, para o fornecimento de um serviço essencial à vida, tantas vezes prestado em regime de monopólio, o consumidor tenha que pagar uma caução, quando, se ele não pagar, a empresa tem meios coercivos suficientemente fortes para obrigar a esse pagamento, nomeadamente a interrupção do fornecimento.»

JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE **Lei Tutelar de Menores**

PROTEGER MAIS PROTEGER MELHOR

Os ministros da Justiça, José Vera Jardim, e da Segurança Social, Ferro Rodrigues, apresentaram, no dia 15, em Lisboa, a nova Lei Tutelar de Menores e a proposta de lei de protecção das crianças e jovens em perigo, diplomas já aprovados em Conselho de Ministros.

Na mesma ocasião, foi assinado um protocolo entre a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), Câmara Municipal de Cascais, Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo e a Fundação Champagnat, que possibilita o alojamento dos filhos das reclusas da cadeia de Tires, com idade superior a três anos e inferior a dez, numa casa de acolhimento situada no bairro dos funcionários daquele estabelecimento prisional.

O primeiro dos diplomas visa reformular profundamente as regras e princípios da

chamada organização tutelar de menores, aplicável aos jovens entre os 12 e 16 anos que tenham cometido crimes.

A proposta de lei sobre protecção de crianças e jovens em perigo rompe com o modelo actualmente em vigor em que crianças vítimas de maus tratos ou de negligência são internadas nas mesmas instituições que acolhem jovens delinquentes. Com a nova legislação, as crianças e jovens em risco passam a estar sob a alçada da Segurança Social, mais concretamente do Instituto de Desenvolvimento Social.

Pelo novo quadro legal, que obedece a um projecto da autoria da catadrática Anabela Rodrigues, passa a haver uma «separação de águas» entre aquilo que passa a ser da competência da Segurança Social (crianças em risco) e aquilo que fica sob a tutela do IRS (jovens delinquentes).

Os diplomas produzem uma «alteração profunda», mudando a intervenção dos vários agentes do aparelho de Justiça, nomeadamente Ministério Público (MP), IRS e juizes.

Relativamente aos ilícitos criminais mais graves que sejam praticados por jovens delinquentes o respectivo processo passa a ser muito idêntico ao que é instaurado aos adultos.

Apesar de se tratar de um processo mais formal, atende-se aos diferentes tipos de crimes praticados, faz-se uma maior triagem dos casos e dá-se mais garantias de defesa ao menor.

Com a nova legislação frisa-se pois que é preciso diferenciar os colégios de internamento para os diversos tipos de delinquência juvenil, havendo indicações de que o colégio Vila Fernando, em Elvas, está a ser adaptado para os casos mais

graves de criminalidade juvenil.

A nova lei tutelar de menores é também vista como «uma tentativa de resposta à mudança qualitativa da delinquência juvenil», numa altura em que se regista um aumento dos crimes praticados pelos chamados gangs juvenis.

No novo regime tutelar, as respostas que se pretende dar ao problema da criminalidade de menores vai também obrigar a um aumento dos recursos humanos do IRS e à crescente especialização dos seus quadros.

Por outro lado, vai exigir que os magistrados tenham uma maior sensibilidade para este tipo de problemas.

Actualmente existem Tribunais de Menores em Lisboa, Porto e Coimbra, que decidem sobre medidas de internamento de jovens que tenham praticado crimes de alguma gravidade.

RENOVAR O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

O secretário de Estado da Juventude apelou, no passado domingo, dia 14, em Viseu, à renovação dos movimentos associativos, envolvendo as camadas mais jovens da sociedade e tornando as organizações mais participativas.

Falando na cerimónia de assinatura de diversos protocolos no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Juvenil (PAAJ) com 58 associações juvenis do distrito de Viseu, Miguel Fontes salientou a importância destas organizações como «espaços não só para os jovens, mas feitos com os próprios jovens», com o objectivo de fazer com que as camadas mais novas da sociedade participem «desde a primeira hora no movimento associativo».

«É necessário que os jovens sejam não só os destinatários das actividades, mas também os seus próprios órgãos de gestão», afirmou, observando o elevado número de pessoas «menos jovens» que representaram as associações juvenis do distrito. Actualmente, existem em Portugal 879 associações juvenis, 75 por cento das quais têm planos de desenvolvimento no âmbito do PAAJ.

Aumentar a credibilidade destas associações, tornando os sistemas de funcionamento mais transparentes - com a apresentação de um justificativo do orçamento, uma verificação contabilística aleatória e um acompanhamento das actividades desenvolvidas - é a estratégia do Instituto Português da Juventude (IPJ) para 1999/



2000 em matéria de apoio às associações juvenis.

Com esta cerimónia, Miguel Fontes deu início a uma visita de dois dias ao distrito de Viseu e que incluiu a inauguração de mais um centro para a divulgação das tecnologias da informação, em Cinfães, e de mais um gabinete de sexualidade juvenil, na delegação do IPJ de Viseu.

Este será o sexto centro a inaugurar no País, depois de Leiria, Bragança, Viana do Castelo, Faro e Braga, contando o secretário de Estado da Juventude que até ao final do ano todos os distritos tenham este serviço. Os gabinetes de sexualidade juvenil funci-

onam nas instalações das delegações regionais do IPJ, em colaboração com os serviços de saúde locais, e têm técnicos especializados que prestam informação e aconselhamento sobre sexualidade.

«A procura dos gabinetes tem sido boa, verificando-se que os jovens não mostram inibição para esclarecerem as suas dúvidas», afirmou Miguel Fontes à Comunicação Social.

Está prevista para breve a abertura dos centros de Beja e Guarda.

Paralelamente, continua em funcionamento o serviço «Sexualidade em Linha», com o telefone grátis 0800 222002, de segunda

a sexta-feira, e que registou desde Junho mais de 40 mil chamadas.

Jovens apoiam utentes da CP

Os utentes dos caminhos de ferro de Sintra e Cascais podem já beneficiar do apoio de 24 jovens seleccionados pela Secretaria de Estado da Juventude para integrar a primeira equipa do «Informar-Juvefer». É que, na passada quarta-feira, dia 10, Miguel Fontes fez a primeira viagem Rossio - Amadora, inaugurando, assim, um serviço de ajuda cívica a ser prestada por esta dinâmica e jovem equipa.

A iniciativa visa dar apoio aos utentes, nomeadamente prestar informações relativas aos direitos e deveres dos passageiros, intervir em situações de emergência, primeiros socorros, meios de socorro e salvamento, prevenir situações de conflito e ainda dar informações sobre assuntos de interesse turístico e relacionados com a juventude.

Nesta primeira fase, raparigas e rapazes com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, desempregados ou à procura do primeiro emprego, estarão dentro das carruagens da CP, a partir das 11 e até às 23 horas.

Recorde-se que o «Informar-Juvefer» é um projecto que visa promover a formação, estimular a participação cívica e dinamizar a integração social e na vida activa dos jovens, através da participação em acções de utilidade social dirigidas em benefício da comunidade e dos utentes do caminho de ferro.

THURSDAY NIGHT FEVER CONTRA O ECSTASY

Alguns membros do Governo fizeram uma incursão na noite do dia 11 na «movida» lisboeta, lançada, recorde-se, por Jorge Sampaio, quando esteve à frente da autarquia alfacinha. Objectivo: alertar os jovens para os perigos do Ecstasy, no âmbito do lançamento de uma campanha governamental contra esta droga que provoca graves danos físicos mentais e pode ainda matar.

Numa discoteca da capital, membros do Governo dançaram animados, o John Travolta que se cuida, mostrando a sua juventude de espírito e demonstrando aos jovens que não é necessário o recurso à droga, para «curtir» a noite. É mais uma medida de grande alcance, no âmbito preventivo, contra uma droga que

provoca, nomeadamente, paranoias, alucinações, confusão mental, arritmias no coração, envelhecimento precoce e habitação.

«Dança sem Ecstasy, não te deixes manipular, o Ecstasy não é inocente e é má companhia» é o lema da campanha destinada aos jovens que o Projecto Vida lançou no dia 11 e até ao Verão.

O arranque da campanha foi feito numa discoteca de Lisboa, com a presença da ministra da Saúde, Maria de Belém Roseira, do ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, do ministro da Administração Interna, Jorge Coelho e do secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.

Promovida nas rádios, televisões, imprensa nacional e regional, salas de cinema, e cartazes «em tudo quanto é sítio», a campanha tem ainda, segundo o coordenador do Projecto Vida, Alexandre Rosa, grande adesão dos «empresários da noite» que disponibilizaram os seus espaços para afi-

cação de «spots» publicitários.

Em conferência de Imprensa, o responsável pela campanha e pelo Projecto Vida, Alexandre Rosa, referiu que «não se trata de uma campanha moralista mas sim de informação dirigida à população mais jovem».

Tradicionalmente associado aos locais onde se dança, o Ecstasy é alvo pela primeira vez de uma campanha de esclarecimento a nível nacional, do Continente às Regiões Autónomas, que visa alertar para a perigosidade desta substância tóxica, aparentemente inócua.

«Pensas que ficas com pedalada para toda a noite? Mas essa pedalada é falsa e arriscada. O Ecstasy agride o sistema nervoso, o coração e a visão» e provoca ainda «danos cerebrais irreversíveis, envelhecimento precoce das faculdades mentais e habitação, que te pode destruir progressivamente», são algumas das informações dadas pela campanha.

Os jovens dos 14 aos 25 anos são os alvos

principais da campanha, bem como os potenciais frequentadores das discotecas e das muito em moda festas «rave».

Ansiedade, paranoias espasmos e arritmias

Segundo Alexandre Rosa, «o que se pretende é difundir a verdade sobre esta substância, o ecstasy».

Trata-se de uma droga perigosíssima que provoca ansiedade, confusão, paranoias, alucinações, arritmias no coração, espasmos musculares, desidratação e comportamento agressivo ou violento, podendo ainda criar habitação.

Em 1997, recorde-se, foram apreendidas pela Polícia Judiciária 500 unidades, número que aumentou no ano passado para 1.100 unidades, quantidade não considerada alarmante pelo Projecto Vida mas ainda assim encarada como «um problema sério».

J. C. B.



Albufeira

Cidade vai ter TV Cabo

O Executivo da Câmara Municipal de Albufeira deliberou assinar um protocolo com a TV cabo Guadiana, com vista à instalação da TV Cabo na cidade.

No âmbito do protocolo, a empresa distribuidora compromete-se a apoiar as actividades desportivas realizadas pelas colectividades do concelho.

Concerto de Olga Prats

No próximo domingo, dia 21, às 21 e 30, vai realizar-se no auditório municipal de Albufeira um concerto com a pianista Olga Prats.

O programa é baseado nas obras dos compositores Fernando Lopes Graça e Astor Piazzola.

O espectáculo é uma organização conjunta da Câmara Municipal de Albufeira e da Delegação Regional do Ministério da Cultura.

Alcântara

Guia do comércio

A Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, lançou recentemente um roteiro do comércio local.

Trata-se de uma publicação de excelente aspecto gráfico, onde os alcantarenses têm à sua disposição todas as informações sobre o comércio da Freguesia.

Uma oportuna iniciativa, inserida num quadro de defesa e promoção do comércio tradicional.

Amadora

Cova da Moura muda de cara

A Câmara da Amadora vai promover um estudo que visa procurar respostas que permitam a reconversão urbana do Bairro da Cova da Moura, um dos mais degradadas do concelho.



Par a elaboração deste trabalho, a edilidade decidiu consultar diversos estabelecimentos do ensino superior, para que seja feito um estudo prévio a partir do qual se processará a reabilitação da Cova da Moura.

Aveiro

Câmara compra pavilhão da Expo

O município de Aveiro vai adquirir, por um preço simbólico, parte substancial do conteúdo do Pavilhão do Conhecimento dos Mares, que esteve patente na Expo-98, em Lisboa.



A informação foi avançada pelo presidente da autarquia, Alberto Souto Miranda, numa recente reunião do Executivo.

Cabeceiras de Basto

Projecto «Janelas Abertas»

O projecto «Janelas Abertas», cuja entidade promotora é a Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, realizou, no dia 5 de Março, o I Encontro de Projectos «Ser Criança» do Distrito de Braga, que decorreu no auditório municipal.

Tratou-se de uma iniciativa que tem como principal objectivo apresentar as actividades desenvolvidas, bem como trocar experiências e fomentar o diálogo entre as instituições promotoras e os parceiros envolvidos.

Cascais

Obras em casas de municípios carenciados

A Câmara Municipal de Cascais, as juntas de freguesia do concelho e o Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos vão assinar um protocolo de cooperação para a realização do projecto de pequenas reparações e adaptações no domicílio dos municípios dependentes ou em situação de carência.

Este protocolo vai possibilitar a descentralização de cerca de 8 mil contos para as entidades participantes, e visa a realização de pequenas obras no domicílio de municípios quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, as obras nos seus domicílios.

Trata-se de mais uma iniciativa de largo alcance social da Câmara de Cascais, presidida por José Luís Judas, um autarca que se tem vindo a evidenciar no apoio aos estratos sociais mais carenciados do seu município.

Faro

Novas vias e rotundas

A construção de uma rotunda perto do rio Seco e a remodelação da EN 125 entre o Sítio da Má Vontade e a Av. Calouste Gulbenkian vão trazer, dentro em breve, sensíveis melhorias na circulação rodoviária na cidade de Faro e em duas das suas principais entradas.

Segundo um comunicado da Câmara de Faro, as soluções encontradas permitirão melhorar, substancialmente, as condições de circulação rodoviária em zonas mais congestionadas da cidade.

Montemor-o-Velho

Kartódromo já no Verão

O município de Montemor-o-Velho deverá dispor, a partir do próximo Verão, de um kartódromo com uma pista de mil metros, cujo investimento total ronda os 120 mil contos.

Trata-se de uma iniciativa que contribuirá para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

Penha de França

Excursão de idosos à Lousã e a Póiares

Realiza-se amanhã, dia 19, mais uma excursão de idosos promovida pela Junta de Freguesia da Penha de França, presidida pelo camarada João Jofre da Fonseca Costa.

Cem idosos da Freguesia, divididos em dois autocarros, vão ter a oportunidade de dar um bonito passeio à Lousã e a Póiares, que inclui almoço.

Trata-se de uma iniciativa do pelouro da Acção Social da Junta de Freguesia da Penha de França, de que é responsável o camarada Manuel Oliveira Duarte.

Povoação

Gala Regional dos Pequenos Cantores

Numa iniciativa da Câmara Municipal de Povoação, realizou-se no passado dia 14, sábado, mais uma edição da Gala Regional dos Pequenos Cantores – Caravela D' Ouro.

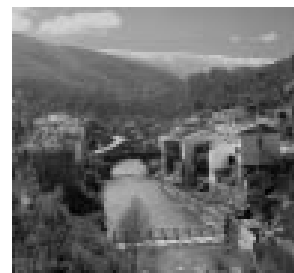
De referir que esta festa das crianças e da música infantil que se compõe nos Açores, atingiu mais uma vez um nível de qualidade idêntico aos melhores festivais do género no País.

Seia

Cartão Municipal da Juventude

A Câmara Municipal de Seia despendeu

desde 1996 cerca de 15 mil contos com a sua iniciativa «Cartão Municipal da Juventude», que abrange cerca de 2 500 jovens. Trata-se de um documento que permite descontos em acessos a serviços, sobretudo em infra-estruturas municipais, onde as reduções de preço atingem os 50 por cento.



De salientar que só no acesso às piscinas municipais cerca de oito mil jovens beneficiaram do cartão, poupando em entradas um total de 4.665 contos, enquanto que o cinema possibilitou descontos de 5.800 contos, não estando ainda contabilizadas as reduções de preços do «Cartão Municipal da Juventude» no comércio aderente.

Combate à droga

A Câmara de Seia vai entretanto realizar uma «Semana da Juventude», de 22 a 28 de Março, onde se incluem várias iniciativas de âmbito social e cultural, nomeadamente de combate à droga.

Vila do Conde

Mais cinco piscinas

A Câmara Municipal de Vila do Conde, presidida pelo socialista Mário Almeida, vai construir cinco piscinas no concelho, uma das quais olímpica.



O município, no âmbito da sua política desportiva, pretende construir uma rede de piscinas que cubra o concelho, nomeadamente em Caxinas e junto às escolas EB 2,3 de Mindelo, Macieira e Junqueira.

Segundo Mário Almeida, o objectivo é criar pólos de dinamização para a prática desportiva.

PS EM MOVIMENTO

CAMPO DE OURIQUE

Flávio Fonte reeleito

O camarada Flávio Fonte foi reeleito secretário-coordenador da Secção de Campo de Ourique com uma expressiva maioria de votos.

Nas eleições realizadas no passado dia 3 de Março, a lista A, liderada pelo camarada Flávio Fonte, alcançou 93 votos, enquanto a lista B, liderada pelo camarada Andrade Afonso, teve 56 votos.

Os militantes da Secção de Campo de Ourique apostaram na continuidade de Flávio Fonte à frente dos destinos dessa estrutura, premiando o notável trabalho de mobilização e dinamização realizado nos dois últimos anos.

Durante a campanha, o secretário-coordenador prometeu aprofundar o trabalho realizado, com a organização de assembleias de militantes, formação de um núcleo forte da JS na Secção, criar diversos grupos de trabalho, promover debates sobre temas da actualidade política nacional, entre outras acções.



ÍLHAVO

XI Congresso do PS em debate

Organizado pela Comissão Política Concelhia de Ílhavo, realizou-se recentemente um debate subordinado ao tema «O XI Congresso do PS».

Este encontro entre socialistas de Ílhavo, que também contou com a participação de camaradas de Aveiro, teve a presença do deputado e membro da Comissão Nacional, camarada Afonso Candal, e do camarada Pedro Jordão, autor da moção ao congresso denominada «O PS por uma nova cultura política».

O moderador foi o camarada João Bernardo, presidente da Comissão Política Concelhia, que numa curta intervenção afirmou estar a Concelhia de Ílhavo a responder às resoluções do Congresso, nomeadamente através da informatização da estrutura como também na procura de uma nova sede, na entrada de novos militantes e ainda na realização de debates sectoriais abertos à população com a presença de responsáveis partidários e de membros do actual Governo.

Os camaradas Afonso Candal e Pedro Jordão apresentaram os seus pontos de vista em relação ao Congresso, e fizeram uma análise das principais reformas já efectuadas pelo Governo.

Seguiu-se um animado debate com os militantes presentes.



CARLOS DUARTE. Correspondente em Ílhavo

CANTANHEDE

Plenário Concelhio de Militantes

Realiza-se no próximo dia 21, domingo, pelas 16 horas, o Plenário Concelhio de Militantes em Cantanhede, na biblioteca municipal.

A exemplo do que acontecerá nas próximas semanas em todo o distrito de Coimbra, sob programação do Secretariado da Federação, este plenário visa relançar o trabalho político-partidário com vista aos próximos actos eleitorais: europeias e legislativas.

COIMBRA

Conferência sobre a Europa

A Secção de Assuntos Europeus do PS/Coimbra promoveu uma conferência subordinada ao tema «A Europa – Os Grandes Desafios».

«A Política Social Europeia», «Ser um Jovem Europeu», «A Segurança Interna no Âmbito do Espaço Europeu» e «A Defesa Nacional na Perspectiva da União Europeia» foram os temas em discussão na conferência realizada no dia 21 de Novembro de 1998, em Soure, no pavilhão dos bombeiros voluntários.

Presentes, entre outros, os camaradas António José Seguro, Fausto Correia, Luís Parreira e José Penedos.

Na sua intervenção, o camarada António José Seguro salientou a necessidade de «combater atitudes racistas» dentro da União e no espaço europeu, e de o progresso poder «beneficiar todos, através de uma melhor distribuição da riqueza».



PORTO

Encontro-debate sobre saúde

A camarada Maria de Belém Roseira, membro do Secretariado Nacional do PS e ministra da Saúde, esteve na noite da passada sexta-feira, dia 12, na Federação do PS/Porto, para participar num encontro-debate com quadros e técnicos da saúde e dirigentes políticos distritais.

Esta é a primeira vez que a camarada Maria de Belém Roseira participa numa iniciativa do PS/Porto.

SINES

Jantar de aniversário

Largas dezenas de militantes participaram no dia 13 no jantar comemorativo do 24º aniversário da Secção de Sines do PS, que decorreu no Salão da Música, em Sines.

O jantar, que decorreu num clima de grande confraternização, foi mais uma grande jornada de afirmação do PS como motor do desenvolvimento do litoral alentejano, do Alentejo e do País.

ENCONTRO NACIONAL

Trabalhadores Socialistas da EDP

POR UMA CULTURA DE EMPRESA MODERNA E HUMANISTA

O auditório Calouste Gulbenkian, em Braga, foi palco no dia 6 de Março do Encontro Nacional de Socialistas das Empresas do Grupo EDP, uma iniciativa da Coordenadora das Secções de Acção Sectorial da Energia do partido, que contou com a presença dos camaradas Pina Moura, Pedro Bacelar de Vasconcelos, Mesquita Machado, Fernando Moniz, Fausto Correia e vários presidentes de Câmara da Região do Minho.

«Reflexão sobre o presente e o futuro da EDP» e «Análise da política e gestão de recursos humanos na EDP» foram os dois painéis em discussão.

Ao longo dos trabalhos houve uma nota dominante nas intervenções: a recusa de

uma gestão assente em meros e fáceis critérios economicistas, já «demodés», e a defesa de uma gestão moderna, assente numa filosofia de cultura de empresa, que valorize os recursos humanos, numa perspectiva humanista.

Mera gestão burocrática? Não, obrigado

No final do encontro, foram aprovadas, por unanimidade e aclamação, as seguintes conclusões: «1 - a EDP atravessa um período de mudança caracterizado por um conjunto de desafios colocados pela abertura do mercado da electricidade e pelo novo ambiente regulatório e competitivo; 2 - a EDP tem que se prepara para enfrentar

e vencer estes novos desafios, para o que deve contar com a capacidade e a competência dos seus trabalhadores, em particular com a competência e a disponibilidade dos trabalhadores socialistas; 3 - para tal, é necessário proceder a uma alteração profunda na política e na prática de gestão de recursos humanos, abandonando de vez um passado de mera gestão burocrática e preservar e estimular uma cultura de empresa moderna, competitiva e humanista; 4 - tal alteração deve assentar no rejuvenescimento e na renovação de quadros, na aposta em quadros claramente identificados com as novas orientações estratégicas e com os valores que desde sempre os socialistas defenderam para a EDP».

Princípios e valores

Bastante participado, neste encontro ficou patente mais uma vez a clara determinação dos trabalhadores socialistas da EDP em verem implementada na empresa uma «alteração profunda» na gestão dos recursos humanos, afinal a principal riqueza de qualquer empresa moderna que queira vencer os desafios do futuro.

Só uma aposta clara na capacidade e na competência dos seus trabalhadores, permitirá a qualquer empresa afirmar-se num mercado cada vez mais exigente e competitivo. Qualquer gestor moderno e com visão de futuro deverá ter em conta que o bem mais valioso da empresa que dirige são os seus trabalhadores.

ONZE VOTOS POR UM «JAGUAR»

Quis o destino, ou alguém por ele, que eu tivesse sido destacada para representar o PS nos dois últimos congressos do PSD. Fui, assim, a Tavira e também ao Porto. No primeiro caso, para assistir ao encerramento do encontro, como era tradição. Mas como a tradição já não é o que era, o convite inicial para o Porto foi substituído - premonição? - por outro para a «cerimónia» de abertura. Confesso que me sentiria bem mais compensada se tivesse assistido ao espectáculo do fim da festa. Pelo que vi na televisão, a coisa complicou-se com a má digestão dos números. A dra. Beza a apresentar as linhas de força do pensamento põe esse dê (ou seria da AD?) para a Europa e os congressistas, assim como o próprio líder, afincadamente, a fazerem contas de somar e dividir, multiplicar e subtrair, com provas reais e dos nove for a onze que não havia maneira de aparecerem. Por onze votos apenas e estava estragada a festa que as melhores previsões davam a terminar em beleza. E eu em casa, a seguir pela televisão. Ninguém me convence de que o dr. Torres Pereira, subscritor do primeiro convite para o encerramento e do segundo para a abertura, não fez de propósito, por já saber o que se ia passar.

Mais sorte teve o dr. Portas com o seu «piquenique» convencional, preparado ao mi-



límetro pelo especialista de «marketing» dos tempos áureos do prof. Cavaco Silva. Encenação a preceito, discursos de efeitos mediáticos garantidos. Cada palavra cuidadosamente pensada e pesada, a entoação ensaiada para sublinhar a pausa carregada de sentidos. As frases bem marteladas para realçarem as palavras que rimam e serem mais facilmente memorizadas por quem ouve. Um mestre da oratória. Sem debate e sem intervenções não previstas, ausentes os críticos e silenciadas as vozes discordantes, tudo teria corrido à medida do grande líder, não fora o «Jaguar» verde

a perseguiu-o até às portas da convenção. Com tantas marcas de carros, logo havia de aparecer um «Jaguar» a dar nas vistas! Mesmo assim, antes o «Jaguar» - onça que fosse! - que o drama numérico do prof. Marcelo. Só porque o «Jaguar» não entrou na convenção, enquanto os votos eram a razão de ser do congresso. Ora, uma convenção não é um congresso, que implica debate de ideias diferentes. Sem votos nem vozes dissonantes, a convenção é o figurino certo para a produção hollywoodesca do regresso do tio americano. É verdade que houve falta de figurantes

e cadeiras vazias. Mas o que mais estranhei foi o tema da convenção. Ainda hoje não consigo compreender quem foi abrangido pela apregoadada «reconciliação». Do dr. Portas com os seus opositores internos não foi, porque estes primaram pela ausência. Do Partido Popular com o seu passado? Como, estando o prof. Freitas do Amaral e o prof. Adriano Moreira ausentes? E também não foi com o passado recente da liderança do dr. Monteiro. Enfim, com o dr. Portas já nos vamos habituando a que a montanha só dê ratos.

Chegados a este ponto, é legítimo perguntar para que serviram o congresso do prof. Marcelo e a convenção do dr. Portas? Era suposto contribuírem para a afirmação do projecto político da pretensa alternativa. Mas quem vai acreditar numa realidade virtual de que as bases de ambos os partidos desconfiam? Como se compreende que os líderes queiram o que os partidos rejeitam? Ninguém está disposto a arriscar um tostão no futuro desta «coligação das fraquezas», como lhe chamou Miguel Portas.

Por mais esforços que façam para (re)lançar a AD, o dr. Portas e o prof. Marcelo ver-se-ão sempre confrontados com o problema da confiança. Em primeiro lugar, na sua própria liderança e, depois, no projecto que não se sabe o que é nem para que serve.

In «Expresso»



O CARÁCTER DAS OPOSIÇÕES COM QUE TEMOS DE VIVER...

Começando pelo espertalhão do Alberto João Jardim, que, como sabemos, é aquela força «bestial» da natureza como diz Mário Soares, sendo o bestial da minha autoria, em que numa entrevista ao «Diário de Notícias», disse ser a AD mais à esquerda que o PS e que o PS é o partido mais à direita em Portugal. Esta «boca» vinda de Alberto João Jardim é mesmo para nos fartarmos de rir, pois ele já nos habituou a grandes anedotas... Mas, o que perde a piada, e é deveras muito infeliz, para o País, obviamente, é constatar-mos que a estratégia da oposição ao PS, cozinhada pelos líderes da AD, é mesmo essa... Lembraram-se agora, que existiram «pobrezinhos» e, por isso, passaram à ter uma verborreia carpedeira a todo o vapor. Na maior hipocrisia é como eles querem fazer-nos oposição na área que sempre foi nossa como partido de esquerda que sempre fomos, e por conseguinte sempre atentos à justiça social como preocupação que nos é fundamental. Lembraram-se que Cavaco Silva perdeu a confiança do eleitorado, e por conseguinte

o poder, por se ter empenhado em fazer uma política de enriquecimento de uns tantos, e o empobrecimento da maioria, e que nós, por fazermos o contrário, continuamos a manter em alta a confiança do eleitorado.

É pois, com estas características, com que Paulo Portas e Marcelo prevêem enfrentarmos: uma oposição hipócrita, que apela ao irracional, e sem ética, onde o que conta é o vale-tudo para conseguir o poder...

Mas, no meio disto, temos também de contar com a oposição que nos faz o PCP pois vai dar no mesmo... Senão, vejamos: o PCP em vez de desmascarar esta estratégia hipócrita da AD, ataca também o PS no mesmo sentido. Assim, reparemos que no referido jornal (DN) vem também um artigo de opinião de um deputado comunista, dizendo que o PS tem uma estratégia de direita neoliberal, e de colaboração com o grande capital. No fundo está a fazer a mesma estratégia de oposição da AD, só que com palavras mais caras do que o vocabulário anedoticamente directo que Alberto João Jardim utiliza habitualmente.

Será que isto é por acaso? Ou estarei eu a ser demasiado desconfiada, ao deduzir que a estratégia de oposição da AD serve perfeitamente os interesses do PCP e neste caso, o que lhes interessaria seria apenas ganhar votos na área do PS e vislumbrem por esta via, mais algum acesso ao poder... Uma vez que ao dar este empurrãozinho à hipocrisia da AD, é como se jogassem na vitória desta, porque sabem, que eles a governarem o país, só poderiam aumentar a quantidade de «pobrezinhos» que finalmente passassem a votar no PCP.

Será que o PCP está com medo do combate determinado que o PS está e vai continuar a dar à pobreza e à exclusão social, e por via disso retirar-lhe votos? Será que a sua estratégia é jogar no quanto pior melhor para eles, ou estarei eu a ser demasiado desconfiada?

Porque se estou certa, é inútil que o nosso prezadíssimo camarada Manuel Alegre, com o seu grande coração de esquerda, queira dar a mão ao PCP porque eles, felizmente não todos, teimam em não querer aprender nada, com a queda do Muro de

Berlim, assim como com os factos históricos do que foi a ditadura do proletariado na União Soviética.

Também é verdade, que o PS quer um país com empresários competitivos e dinâmicos, que, entre outras coisas, criem mais riqueza e emprego, e isso, é de assumir sem complexos. Sendo que Portugal tem uma estrutura empresarial ainda frágil, perante a concorrência actual, e cada vez maior, que se verificará no futuro, pelo que, não deve hostilizar, ou até mesmo apoiar, aqueles que mostrem mérito, não significando isto, que se promiscuou com o grande capital.

Estes são pois os perfis da oposição com que temos de contar, mas quanto a mim, não precisamos de modificar muita coisa nas nossas convicções e na nossa maneira de estar e de fazer para lhe darmos combate, porque aquilo que temos feito no fundamental, está bem, e pensamos manter e até aumentar a confiança do eleitorado, para continuarmos a fazer ainda melhor - porque o que conta é que se vejamos os factos e a nossa diferente postura que é o mais importante.





QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Teatro em Albufeira

A autarquia local promove a partir do dia 20 e até ao dia 27, no Auditório Municipal, uma série de iniciativas que visam comemorar o Dia Mundial do Teatro. Assim, este sábado, pelas 21 e 30, assista à representação de «O Carteiro de Pablo Neruda», pela Companhia de Teatro de Almada. Três dias depois, na terça-feira, no mesmo horário e local, veja «A Torre do Mar», representada pelas Marionetas de Lisboa.

Bailado em Braga

O Ballet Nacional da Ópera de Kiev (Ucrânia) apresenta, amanhã, no Auditório do Parque de Exposições, a obra «O Lago dos Cisnes».

Música em Coimbra

Hoje, às 22 horas, na Casa da Cultura, apresentam-se o barítono Alexandre Jerebtzov, a mezzo-soprano Susana Moody e o pianista Duncan Fox para oferecer um recital intitulado «Música Espiritual Vocal». Na próxima quarta-feira, dia 24, às 18 e 30, participe na iniciativa «Ver/Ler Coimbra». O evento, organizado pela autarquia local e que decorrerá na Sala Polivalente da Casa Municipal da Cultura, consiste numa mostra sistemática de imagens combricenses, abrindo-as às leituras da pluralidade dos olhares no confronto com as memórias dos seus destinatários – os munícipes. Esta semana, o tema desta actividade é a «Crise Académica de 69».

Conto em Fafe

O conto de Alice Vieira, «O Rato do Campo e o Rato da Cidade», poderá ser apreciado pelos mais pequeninos, na terça-feira, às 10 e 30 e às 15 horas, na Biblioteca Municipal. Os amantes da Sétima Arte podem correr ao Estúdio Fénix que, nos dias 20 e 21, exhibe «Você tem uma mensagem», uma comédia romântica, à boa moda hollywoodesca, que retoma uma dupla de sucesso, Meg Ryan e Tom Hanks.

Cinema em Faro

O ciclo de cinema do Cineclub «A Gente Diverte-se» prossegue esta semana com a exibição, amanhã, do filme português, «Tráfico», de João Botelho. Depois, no dia 22, segue-se «Abril», de Nanni Moretti. «Olga Prats toca Piazzola, ou um piano "toca" Bandoneon» é o título do recital a realizar no próximo sábado, pelas 21 e 30, abrindo a temporada de Primavera da iniciativa «O Lethes no conservatório»,

que visa dar continuidade ao projecto de programação regular de espectáculos iniciado no passado ano de 1998, no Teatro Lethes.

Mostras em Ferreira do Alentejo

No âmbito dos III Jogos Culturais, encontra-se patente ao público quatro convidativas exposições. Assim, até ao dia 26, não deixe de passar pela Biblioteca Municipal para apreciar uma série de trabalhos em escultura, desenho, pintura e artes tradicionais. Um dia depois encerrará a mostra de pintura e fotografia que a Galeria de Arte – Capela de Santo António exhibe. Um pouco mais esperarão as exposições «Memória de uma Vida no Campo», de Carlos Soares, e «Artistas da Nossa Terra», da Rádio Singa, abertas ao público, respectivamente, no Casão do Artesão, até ao dia 31, e no Espaço Museológico Municipal, até ao dia 30.

Filmes em Guimarães

John Lasseter miniaturizou o olhar para descobrir como é a «Vida de Insecto» e acabou por conceber um filme de animação hilariante e pedagógica, muito aconselhável para os pequenos cinéfilos que poderão apreciá-lo no dia 23, às 21 e 30, no Auditório da Universidade do Minho. Mais apto para graúdos sem problemas cardíacos é o filme realizado por Terence Malick, «Barreira Invisível». Trata-se de um filme de guerra onde o conflito interior extravasa as fronteiras do sofrimento físico. Em exibição hoje, às 16 e 30 e 21 e 30, no Cinema São Mamede.

Livro em Lisboa

«Sobre a Coragem» é a designação dada à obra coreográfica do italiano Giorgio Rossi que a Companhia Associação Sosta Palmizi apresentará, a partir de hoje e até ao dia 21, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém. Numa semana recheada de estreias cinematográficas o melhor será seleccionar que mais lhe agrada e preparar-se

para a grande noite da entrega dos Óscares da Academia (21 de Março). Assim, amanhã debutarão, nas salas lisboetas, «Longe da Vista», de João Mário Grilo; «8 mm», de Joel Schumacher; «O Grande Joe Young», de Ron Underwood; e «The General», de John Boorman. A última reedição do livro de poemas do camarada Manuel Alegre, «Praça da Canção», será lançada, no dia 23, às 18 e 30, na Galeria Municipal Gymnásio, situada no Centro Comercial Espaço Chiado. O Coliseu dos Recreios será palco, no próximo dia 22, segunda-feira, às 21 horas, de um concerto a cargo da Orquestra Sinfónica da Cidade de Birmingham, dirigida pelo maestro Simon Rattle.

Imagens e sons em Portimão

A exposição «A Semana que Libertou Portugal» é uma tentativa de retratar o País, através de um suporte audiovisual, no período compreendido entre o 25 de Abril e o 1º de Maio de 1974. Organizada pela Câmara Municipal e pela Associação 25 de Abril, esta mostra poderá ser apreciada até ao dia 26, na Biblioteca Manuel Teixeira Gomes.

Memórias do Oriente no Porto

O Museu dos Transportes e Comunicações (Alfândega) tem patente ao público a mostra «Os Espaços de um Império», uma iniciativa integrada no ciclo de exposições «Memórias do Oriente, da responsabilidade da Comissão Nacional dos descobrimentos Portugueses. A mostra permanecerá aberta ao público até ao dia 20 de Junho deste ano.

Desporto em Santarém

Amanhã, entre as 9 e 30 e as 19 horas, não perca o torneio de ténis «Cidade de Santarém», a decorrer nos courts anexos ao Pavilhão Municipal. No domingo, a partir das 10 horas, será altura de apreciar a prova de tiro com arco que se realizará na Quinta dos Anjos.

SUGESTÃO

Poesia para Todos

Existe um poema para um instante e para a eternidade. A poesia chega-nos a cada um e a todos, irrequieta, irreverente, na sua intemporal universalidade. Gostar de poesia não é um sintoma de anacronismo nem de arrogância intelectual. É uma entrega ao sentido que a sonoridade e o ritmo aliam à força do sentimento escondida na densidade das palavras. É uma reverência face às categorias do Belo e do Bom que tanto intriguaram as reflexões filosóficas antigas. Esta é uma de tantas mensagens a captar no Auditório das novas instalações da Delegação Regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude (IPJ), local onde, todas as quintas-feiras, até ao final de Maio, se realizará um recital de poemas. Em cada sessão de «Poesia Para Todos», Carlos Carranca, acompanhado ao piano pelo maestro Jorge Machado e à viola por José Manuel Peres, declamará e cantará poemas da sua autoria, recriando também obras de poetas intemporais como Fernando Pessoa, Antero de Quental, Eugénio de Andrade, Manuel Bandeira (Brasil), Florbela Espanca, Miguel Torga, Manuel Alegre, Tóssan, Alexandre O'Neill, Sophia de Mello Breyner Andresen, José Gomes Ferreira, David Mourão-Ferreira, Ribeiro Couto (Brasil), José Craveirinha (Moçambique), Mário de Sá-Carneiro, António Gedeão e Agualnaldo Fonseca (Cabo Verde).

Destaque para a excelente intervenção de dois actores, Catarina Guerreiro e Guilherme Noronha, numa iniciativa destinada, preferencialmente, aos alunos do ensino básico (3º ciclo) e secundário das escolas do distrito de Lisboa, e que visa a promoção, de forma lúdica e motivadora para os jovens, da leitura de poemas em língua portuguesa. As sessões de «Poesia para Todos» realizam-se intercaladamente, de manhã, (11 horas), ou à tarde (15 horas).

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Café

Sabor de antigamente, sabor de família, Café que foi torrado em casa, Que foi feito no fogão da casa, com lenha do mato da casa, Café para as visitas de cerimónia, Café para as visitas de intimidade, Café para os desconhecidos, para os que pedem pousada, para toda a gente

Ribeiro Couto
Brasil

Debate
25 anos depois
do 25 de Abril
**Que caminho
para a igualdade?**
Participantes: Helena Roseta
Odete Santos e Virgínia Estorninho
20 de Março, 15 horas
Salão Paroquial da Igreja
Junta de Freguesia da Penha de França
Lisboa

Exposição
**Pinturas de
Carel Verlegh**
Acrílicos sobre tela
Até 23 de Março
IPJ - Delegação Regional de Lisboa



A EUROPA NUMA ENCRUZILHADA?

A demissão colectiva da Comissão Europeia trouxe de uma maneira muito evidente para a opinião pública a incontornável crise porque passa o projecto de aprofundamento europeu.

Trata-se, a meu ver, de uma crise de crescimento que será rapidamente absorvida, mas nem por isso deixa de ser preocupante.

A Europa dos Quinze destinou-se, para 1999, amplas, importantes e diversificadas tarefas.

Desde logo a harmonização monetária e consequentemente o advento da moeda única.

Depois o esforço de aceleração e de convergência em áreas e políticas tão distintas como são o emprego, a fiscalidade, a indústria, a segurança comum e a representação externa.

Finalmente, porque apostou num complexo esforço de *alargamento a leste*, condição essencial para a consolidação da democracia e da paz no espaço geográfico e político da Europa e na modernização das suas instituições (incluindo a forma de

financiamento, no futuro, do projecto europeu).

Perante estes objectivos era fundamental que a Europa tivesse uma direcção executiva forte e determinada, até porque começa, finalmente, a ter que partilhar alguns dos seus poderes com o Parlamento Europeu.

Tal, contudo, não se verifica, como ficou agora evidente.

Não é aliás a 1ª vez que o "governo" da Europa é fraco e timorato. Viveu-se uma situação análoga no período que imediatamente antecedeu a forte presidência da Comissão de Jacques Delors (início da década de 80).

No entanto foi possível, nessa época, produzir avanços significativos no processo de construção europeia.

É que embora a fragilidade da Comissão fosse uma realidade, coexistia então com uma outra realidade de sinal claramente contrário: a existência na França e na Alemanha de 2 lideranças extremamente fortes e empenhadas no projecto europeu com uma lógica de solidariedade e de defesa do interesse comum.

Não é esta agora a situação actual da Europa.

Campeiam e generalizam-se os sinais preocupantes de uma hegemonia dos egoísmos nacionais.

Falta claramente uma liderança forte, esclarecida e federadora no conjunto das instituições europeias.

Ora, é neste contexto que se insere aquilo que cada vez é mais evidente ou seja a presença activa e respeitada de Portugal na política comunitária.

Por isso, é extremamente significativa e gratificante a insistência, que se mantém, por parte de alguns dos mais poderosos políticos da Europa, para que o primeiro-ministro de Portugal assuma um papel nuclear na superação da actual crise e no futuro imediato.

É motivo de satisfação perceber que, quer no domínio das políticas, quer no domínio dos objectivos a atingir, as propostas portuguesas marcam de forma inequívoca a agenda europeia e o seu ritmo.

Pena será, que por razões meramente conjunturais, não seja possível potenciar totalmente o contributo que Portugal pode dar para a Europa do Futuro.

«Sem Abril Portugal não seria o que é, o mundo também não, nem cada um de nós»

Manuel Alegre
Expresso, 13 de Março

«Foi o 25 de Abril que restituiu aos portugueses, mesmo aos que são contra ele, o direito de viver sem medo, de falar sem medo e, sobretudo, de discordar sem medo. Essa é a diferença, a vitória e a superioridade moral do 25 de Abril. E é por isso que, sem ele, Portugal não seria o mesmo»

Idem, ibidem

«Receio que o PS, enquanto organização, venha a sofrer as consequências da centralização da política do Governo. Tem-se notado um apagamento do PS, que não é saudável para o partido»

Luís Filipe Madeira
Expresso, 13 de Março

«A Terceira Via é uma moda que há-de passar»

Idem, ibidem

«O País deve ter na memória o que foi o Estado Novo. Não podemos branquear nenhum aspecto da nossa História»

Jorge Sampaio
Fortaleza de Peniche, 13 de Março



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa

Redacção
J.C. Castelo Branco

Mary Rodrigues

Colaboração
Rui Perdigão

Secretariado
Sandra Anjos

Paginação electrónica
Francisco Sandoval

Edição electrónica
Joaquim Soares

José Raimundo

Redacção

Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17

Restelo
1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo

1495 Lisboa Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz